

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

MAGALI LIPPERT DA SILVA

SOB O SIGNO DO PARADIGMA INFORMACIONAL:
Representações sociais de dirigentes de classe sobre identidade e práticas profissionais

Porto Alegre
2008

MAGALI LIPPERT DA SILVA

SOB O SIGNO DO PARADIGMA INFORMACIONAL:
Representações sociais de dirigentes de classe sobre identidade e práticas profissionais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientador: Dr. Valdir José Morigi

Porto Alegre
2008

Ao poeta Marlon de Almeida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Marino e Geni, sempre compreensivos e motivadores. Ao meu irmão Rafael, por sempre acreditar e torcer pelo meu trabalho. Ao meu orientador Dr. Valdir Morigi, pelo conhecimento que me instigou a buscar. À Gerência de Educação e Cultura do SESC/RS, por ter me liberado para as aulas. À Sofia, com quem agora posso montar quebra-cabeças. Ao Marlon, por ter resistido à pressão.

“Vivo em minha própria casa,
Jamais imitei algo de alguém
E sempre ri de todo o mestre
Que nunca riu de si também.”
(Friedrich Nietzsche, A Gaia Ciência, 2005)

RESUMO

A ascensão do paradigma informacional é resultado do advento das tecnologias de informação e comunicação cujos impactos sociais refletem-se no mundo do trabalho e nas identidades profissionais. A identidade profissional daqueles que trabalham com informação, é fortemente influenciada por esse novo paradigma. O estudo pretende compreender como é construída a identidade profissional dos bibliotecários a partir das representações sociais dos membros dirigentes das entidades de classe da profissão. Foi aplicado um questionário a um membro de cada um dos 14 Conselhos Regionais, além do Conselho Federal, e a um representante de cada uma das quatro associações escolhidas para a pesquisa, além da FEBAB. Oito questionários, dos vinte enviados, retornaram respondidos. Constatou-se que os dirigentes são otimistas em relação ao futuro da profissão, percebem um “mercado potencial” considerável para os bibliotecários. Notam que as faculdades estão “atualizando seus currículos” tendo em vista a nova realidade informacional. Quanto à mudança na denominação profissional todos são contrários, em função dos aspectos legais que a regulamentam. O bibliotecário é visto como um “mediador”, também percebem um tímido reconhecimento social do trabalho bibliotecário. “Pró-atividade” e “atualização” são características que os dirigentes percebem no bibliotecário contemporâneo, e afirmam que embora haja conflitos e tensões com outras categorias profissionais, o bibliotecário é o mais apto a prestar bons serviços no que diz respeito à informação.

Palavras-chave: Paradigma Informacional. Transformações no Trabalho. Identidade Profissional. Bibliotecários. Representações Sociais. Entidades de Classe.

ABSTRACT

The rise of the informational paradigm is the result of the advent of information and communication technologies and its social impacts reflect in the work field and in professional identities. The identity of professional librarians is strongly influenced by this new paradigm, as shown in the present study by the social representations drawn by the leaders of institutions that represent the profession of librarian. The objective of this study was to understand how the professional identity of librarians is formed. Leaders of representative institutions were found optimistic the future of the profession, noticing a significant potential work market for librarians. A questionnaire was applied to a member of each Regional Councils, a member of the Federal Council, a representative from each of the five associations selected for the research and a representative of FEBAB. Eight of the twenty questionnaires sent were answered. According to them the Librarianship colleges are "upgrading their curricula" in view of this new reality. As for the change in professional designation, all are opposed to it due to its legal aspects that determine the work field for the profession. The librarian is seen as a "mediator" and the leaders perceive an incipient social recognition of librarian's work. "Pro-activity" and "professional upgrade" are characteristics of the contemporary librarian perceived by the leaders. Although there are conflicts and tensions with other professional categories, the leaders believe the librarian is the most capable for providing good services in the information society.

Key Words: Informational Paradigm. Changes in the Work Field. Professional Identity. Librarians. Social Representations. Representative institutions.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 SOB O SIGNO DO PARADIGMA INFORMACIONAL: O advento da Sociedade da Informação.....	11
2.1 A Sociedade da Informação e as modificações no mundo do trabalho.....	13
2.2 Carreiras e profissões na Sociedade da Informação.....	19
3 AS IDENTIDADES SOCIAIS DE QUE SE REVESTEM OS INDIVÍDUOS E OS GRUPOS.....	22
3.1 A mundialização cultural e a intervenção nas identidades sociais.....	27
3.2 Conflitos e tensões identitárias.....	29
3.3 Identidades profissionais: construção e auto-afirmação.....	31
3.3.1 A construção da identidade profissional do bibliotecário.....	36
3.3.2 O papel das entidades de classe na construção da identidade profissional do bibliotecário.....	41
3.4 As Representações Sociais e os Estudos de Identidade.....	49
3.5 Paradigma informacional e representações sociais da identidade profissional dos bibliotecários.....	53
4 O UNIVERSO DA PESQUISA.....	57
5 AS REPRESENTAÇÕES DOS DIRIGENTES DE CLASSE DA PROFISSÃO SOBRE A IDENTIDADE DOS BIBLIOTECÁRIOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE.....	95

1 INTRODUÇÃO

O impacto social das tecnologias de informação e comunicação (aqui representadas pela sigla TICs) e o advento da sociedade da informação trouxeram consigo modificações substanciais no mundo do trabalho e, por sua vez, na forma como determinadas categorias profissionais percebem suas rotinas, profissões e carreiras. Nessa perspectiva, os bibliotecários estariam passando por uma mudança sem precedentes no modo como desempenham suas funções: a passagem da informação em suporte físico para digital, os espaços de trabalho, sua atitude profissional frente ao paradigma informacional.

Levando-se em consideração uma trajetória acadêmica pautada pelo estudo da sociabilidade nas bibliotecas universitárias, bem como pelo aprofundamento do trabalho realizado em nível de graduação, “As representações sociais dos bibliotecários sobre suas práticas no contexto da sociedade da informação”, pensou-se numa abordagem da identidade profissional bibliotecária, devido às modificações mediadas pela ascensão do paradigma informacional, pelo impacto das TICs e pelas transformações no mundo do trabalho. Desta forma se busca responder se houve alteração na identidade profissional do bibliotecário segundo as representações sociais dos membros dirigentes de classe dessa categoria profissional.

A relevância de um estudo sobre a identidade profissional do bibliotecário reside no fato de ser uma categoria por muito tempo estereotipada, atrelada a uma instituição vista como formal – a biblioteca. O bibliotecário, de uma posição passiva de guardião da memória escrita, vê-se diante de uma revolução tecnológica, onde a razão de ser de sua profissão - a informação, torna-se elemento-chave de transformação social e profissional. A inserção do bibliotecário na sociedade da informação implica, necessariamente, a construção de um perfil diferente do que possuía antes da revolução das TICs, uma vez que seus instrumentos de trabalho foram alterados, as exigências do mercado elevadas e a concorrência profissional com outras categorias cada vez mais acirrada.

A transformação da identidade profissional dos bibliotecários através das representações sociais dos dirigentes das entidades de classe da categoria se torna coerente na medida em que além de possuírem formação em Biblioteconomia, os dirigentes das entidades

de classe possuem intenso contato com outros bibliotecários, o que lhes dá uma visão mais abrangente e apropriada sobre a identidade desse profissional. Além disso, o estudo das entidades de classe é importante porque elas possuem papel fundamental na construção identitária da categoria que representam, uma vez que cabe a elas a responsabilidade de manter coesa a classe através de suas práticas de fiscalização, estabelecimento de normas, capacitação e esclarecimento à sociedade das funções e competências dos bibliotecários através de ações de marketing.

O objetivo geral do estudo é compreender como é construída a identidade profissional dos bibliotecários a partir das representações sociais dos membros dirigentes das entidades de classe da profissão.

Quanto aos objetivos específicos são os seguintes:

- examinar como os dirigentes de classe percebem as modificações no mundo do trabalho e o impacto das tecnologias de informação e comunicação na rotina profissional bibliotecária;
- analisar como são representadas as tensões e conflitos produzidos na categoria, com a introdução do paradigma informacional;
- analisar quais são os elementos responsáveis pela construção da identidade profissional do bibliotecário no contexto da sociedade da informação;
- caracterizar o perfil do bibliotecário no contexto da sociedade da informação.

Para alcançar os objetivos propostos, foi aplicado um questionário com dez questões a 20 dirigentes de classe, dos quais, apenas 8 responderam. Foi possível constatar que, mesmo o questionário tendo sido enviado duas vezes aos mesmos dirigentes, e embora todas as entidades de classe que deveriam fazer parte da pesquisa tenham sido contatadas por telefone - quando então informamos os objetivos do questionário e o quanto seria importante para a qualidade da dissertação receber os depoimentos dos dirigentes - o resultado de oito questionários respondidos foi abaixo de nossas expectativas.

É importante ressaltar, ainda, que, dos oito depoimentos recebidos, cinco deles são de dirigentes de entidades de classe do sul e sudeste do Brasil e os outros três de representantes do Conselho Federal de Biblioteconomia. Sendo assim, nossa intenção de compor o panorama de uma identidade profissional do bibliotecário contemporâneo sob a perspectiva das entidades de classe da Biblioteconomia brasileira não alcança sua plenitude, já que tivemos de,

basicamente, nos restringir ao sul e sudeste do país. Regiões que, sabemos de antemão, têm o índice de desenvolvimento humano mais avançado.

De qualquer forma, acreditamos que, com embasamento teórico e três perspectivas de membros do CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia), é possível apresentar um bom trabalho sobre a construção da identidade de um profissional que está diante de um novo paradigma, e como esse profissional está sendo visto por quem organiza, divulga e legisla sua profissão.

Faremos nessa dissertação um resgate do advento da sociedade da informação e todas as suas implicações, tendo em vista contextualizar a sociedade em que se desenvolve, hoje, a profissão do bibliotecário. Também serão abordadas, na fundamentação teórica, as diversas identidades sociais de que se reveste o indivíduo e os grupos que compõem, bem como as alterações causadas nas identidades sociais tendo em vista a mundialização cultural e os conflitos e tensões advindos dela.

Ainda na fundamentação teórica, estreitaremos o estudo das identidades focando nas identidades profissionais, logo após entraremos na discussão da identidade profissional do bibliotecário, quando, então, aspectos como a formação da profissão, das entidades de classe da categoria e a contextualização do paradigma informacional serão colocados em pauta.

O estudo das representações sociais completa o referencial teórico. Nele, vários autores são trazidos para a discussão de forma que se possa dar subsídios à análise das representações dos dirigentes de classe da profissão de bibliotecário a respeito da identidade desse profissional. No terceiro capítulo, inicia-se, então, a análise dos dados coletados através do questionário, extraindo-se daí as representações sociais dos membros dos órgãos de representação da classe.

2 SOB O SIGNO DO PARADIGMA INFORMACIONAL: O advento da Sociedade da Informação

O advento das TICs e a sua imediata propagação pelo mundo gerou o ambiente propício para a formação do que se convencionou chamar de Sociedade da Informação, uma sociedade global, interligada por redes de comunicação eletrônica, onde é possível a troca de informações em tempo real por pessoas localizadas em qualquer parte do globo. No entanto, não se pode reduzir a Sociedade da Informação apenas às tecnologias e as atividades de informação e comunicação. As implicações desse fenômeno ultrapassam as fronteiras dos países, dos territórios e influenciam a economia, o mundo do trabalho, da educação, do bem-estar social entre tantos outros.

A passagem da sociedade industrial para a sociedade da informação (pós-industrial) apresenta uma característica marcante de ruptura com antigos paradigmas. Em função disso, emerge o paradigma informacional, centrado na economia global, na mundialização cultural e principalmente, no interesse crescente das organizações e dos governos no controle da informação e na acumulação do conhecimento.

A Sociedade da Informação é fruto de um desenvolvimento sem precedentes do capitalismo, sistema econômico que impera no mundo e que, em sua lógica, converte informação e conhecimento em elementos fundamentais na geração de riqueza e de poder na sociedade informacional. Vive-se uma economia global, em que as interações se processam em tempo real, e em que há uma convergência nas operações financeiras das nações e organizações por todo o mundo. Inexistem políticas econômicas nacionais. Há uma interdependência entre os países, mesmo entre aqueles em que há grande diferença em relação ao desenvolvimento social e econômico. As nações perdem sua força política e deixam de controlar plenamente suas economias. As empresas multinacionais e transnacionais passam a ter importância chave e atitude de comando na economia mundial.

As tecnologias de informação e comunicação suprimem as barreiras de tempo e espaço. As sociedades interconectadas e interdependentes financeira e tecnologicamente acabam alimentando um círculo de interesses em que um problema político, social, econômico em uma delas, acarretará conseqüências, às vezes bastante sérias, nas demais. Já não existem

mais fronteiras para a troca e utilização da informação. Para qualquer questão, é possível a obtenção de uma resposta imediata. A distância já não é mais empecilho para negociações sejam elas de qualquer natureza. A Rede é o símbolo da sociedade em que vivemos atualmente. A informação se tornou elemento chave de produção, substituindo a produção industrial e adquirindo uma posição estratégica crescente. Segundo Castells (1996, p. 5): “[. . .] durante a primeira metade do século XX a ciência e a tecnologia foram as principais fontes de produtividade. No período que transcorre após a Segunda Guerra Mundial, o conhecimento e a informação se convertem nos elementos fundamentais de geração de riqueza e de poder na sociedade.”

O impacto das TICs e as suas inúmeras conseqüências vem sendo chamado de “Revolução da Tecnologia da Informação” ou “Revolução Informacional” ou, ainda, “Revolução do Conhecimento”. Os termos são muitos, mas o significado é o mesmo, demonstrar a enorme mudança por que passa a sociedade atual. Essa sociedade, entretanto, ainda está se desenvolvendo e contingentes enormes de pessoas ainda não estão inseridas nela. Acerca disso, Becerra (Aula Aberta) afirma que os movimentos e os fluxos infocomunicacionais, possibilitados graças ao salto tecnológico convergente experimentado pelas atividades de telecomunicações, informática e audiovisuais desde os anos setenta, têm encorajado a progressiva configuração de um projeto inacabado, que é chamado “Sociedade da Informação”. A heterogeneidade dos atores, propósitos, ações, os desenvolvimentos e as suas conseqüências sociais, culturais, políticas e econômicas que marcam a sociedade informacional são sintomas de seu caráter processual e de sua clara atualidade nas distintas latitudes do mundo.

O alcance da Sociedade da Informação parece inesgotável. Lembremos da mundialização cultural, das relações sociais mediadas pelo microcomputador, das identidades dos povos, da engenharia genética. Enfim, uma série de desafios pelos quais passa a sociedade pós-industrial, que tem os recursos desigualmente distribuídos e uma exclusão social que tende a aumentar se não houver uma tomada de consciência rápida e iniciativa imediata dos governos.

A inovação tecnológica requer investimentos crescentes, pois as tecnologias tornam-se obsoletas rapidamente, o que obriga governos e organizações a investirem maciçamente nesses

recursos em detrimento de outros que em alguns casos são mais urgentes. Interessante a observação feita por Vogt (2001, p. 1) sobre o caso brasileiro:

As perorações dos sacerdotes do novo credo formam arengas que, pela recitação insistente, vão constituindo como que mantras de verdades oculares: novo paradigma tecno-econômico, resgatar a dívida social, alavancar o desenvolvimento, constituir uma nova ordem social, excluir a exclusão, economia baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado, “onda de destruição criadora”, evitar que se crie classe de “info-excluídos” alfabetização digital, fluência em tecnologia da informação e comunicação, aprender a aprender, inclusão social como prioridade absoluta, democratização dos processos sociais pelas tecnologias da informação, vencer a clivagem social entre o formal e o informal, agregação de valor, redes de conteúdo que farão a sociedade mover-se para a sociedade da informação, educação a distância, igualdade de oportunidades de acesso às novas tecnologias, condição indispensável para a coesão social no Brasil.

São tantas as tomadas de decisão a respeito da Sociedade da Informação, como por exemplo, a elaboração de novas políticas sociais tendo em vista a inclusão digital entre outras citadas por Vogt, que parece que o poder público esqueceu o básico. Os problemas outrora na ribalta das discussões não desapareceram em função do advento da sociedade informacional, eles continuam lá, aguardando soluções, como é o caso da miséria (e tudo o que resulta dela: fome, analfabetismo, violência, etc.). São bastante ambiciosos tantos planos diante da realidade que perdura há anos num mundo assolado pela fome, pelas doenças, e por muitas outras desgraças.

2.1 A Sociedade da Informação e as modificações no mundo do trabalho

As TICs, bem como o paradigma informacional, têm influenciado sobremaneira o mundo do trabalho, gerando modificações substanciais em muitas profissões e alterando o curso das carreiras, em especial nas rotinas dos profissionais que possuem como insumo básico de trabalho a informação.

Antigos modelos como o *Taylorismo*, teoria que defendia uma simplificação do trabalho complexo, que tornasse as tarefas mais fáceis de serem desempenhadas em função de

sua repetição e que isentasse o trabalhador de qualificação, ou o *Fordismo*, que pregava a produção industrial em massa, e que teve na produção automobilística seu maior exemplo - cederam espaço para a produção flexível, menos rígida. Segundo Carmo (2006), a produção flexível, longe da rigidez do fordismo, apóia-se na flexibilidade organizacional do trabalho, das formas de contratação do trabalho, dos produtos e padrões de consumo. O autor sublinha, ainda, que o aumento da competição e a limitação das margens de lucro impõem contratos de trabalho mais flexíveis, havendo forte tendência à subcontratação de serviços como forma de escapar do custo de oscilação do mercado.

Termos como “Reengenharia” e “Qualidade Total” entram para o vocabulário dos trabalhadores e nem sempre são vistos de forma positiva. Reengenharia significa um redesenho das atividades de uma organização, mas muitas vezes pode significar demissões entre outros inconvenientes à classe trabalhadora. Qualidade Total, por sua vez, é a busca de excelência na fabricação de um produto ou na prestação de um serviço, mas também pode ser percebida como exigência de perfeição, o que coloca o trabalhador em constante insegurança em relação ao seu desempenho.

Em países desenvolvidos, grande parte das atividades atuais está intimamente ligada à produção de informação e, mesmo nos países em desenvolvimento, esta parece ser a tendência. Diante disso, pode-se constatar que há uma interferência do uso das TICs na geração de empregos. Na Sociedade da Informação, cientistas e especialistas tornam-se elementos-chave. O conhecimento e a informação substituem a pura acumulação de capital, o que faz com que o detentor da informação e do conhecimento também se torne detentor do poder. Portanto, surgem alterações nas relações de poder e no modo de vida em geral, o que causa uma mudança sem precedentes nas relações de trabalho e no emprego. Uma nova classe emerge dessa situação, a esta nova classe Castells (1996) chama de “tecnocratas”, pessoas com educação superior e altamente especializadas, cientistas com importância estratégica nas organizações.

Dowbor demonstra preocupação na forma como as TICs estão sendo encaradas no mundo do trabalho:

Ter mais tecnologias à nossa disposição e poder realizar mais com menos esforço não deveria representar uma ameaça. No entanto, os resultados práticos têm sido a concentração de renda, o desemprego, gente estressada e angustiada. Como é que conseguimos transformar avanços em dramas? (DOWBOR, 2004, p. 11).

O trabalho relacionado com o fluxo de informações, criação, processamento e manipulação de informações parece ser o que tem melhores chances de se manter na nova sociedade. Não é possível afirmar, por enquanto, os efeitos que as TICs causarão no volume de empregos. Analisando-se do ponto de vista positivo, pode-se ressaltar a possibilidade de uma generalização do trabalho inteligente realizado em redes de organizações flexíveis. Porém é natural que exista uma preocupação no que diz respeito à redução do papel do ser humano na economia, uma vez que isso pode gerar crise de desemprego, desregulamentação do trabalho e redução de benefícios. Um exemplo relevante é o das empresas transnacionais que atuam em diferentes partes do mundo, mas produzem onde a mão-de-obra é mais barata, nos países subdesenvolvidos. Se por um lado há empregos gerados no terceiro mundo, embora com salários e postos de trabalho, na maior parte das vezes, precários, por outro, se começa a notar problemas de desemprego e exploração trabalhista nos países desenvolvidos, problemas que até então não eram percebidos de forma tão intensa. Para Carmo (2006, p. 79):

[...] a inovação tecnológica gerou excedentes de mão-de-obra que tornaram viável a retomada das práticas de superexploração, mesmo nos países capitalistas avançados. Em cidades como Nova York e Los Angeles tem crescido o trabalho em casa, bem como as atividades clandestinas ou ligadas ao setor informal, ou seja, sem vínculo empregatício.

Existem na atualidade muitas incertezas em relação ao trabalho e também ao emprego. A política econômica flexível tem modificado a organização do trabalho, colocando muitos trabalhadores na informalidade. Isso tem acarretado alterações na maneira como os indivíduos pensam e agem no processo de produção de bens e prestação de serviços e, certamente, na mudança do perfil do próprio trabalhador. Dowbor (2004) assinala a impressionante mistura de avanços tecnológicos e recuos sociais, sobre os novos setores que surgem e velhos que desaparecem, sobre as buscas de novas dinâmicas organizacionais que estão surgindo no Brasil e em outros países. Ele afirma ainda: “Conseguimos avanços muito significativos em termos de leis de proteção ao trabalho, de proibição do trabalho infantil. No entanto, apenas um trabalhador em cada quatro, no Brasil, tem um emprego formal no setor privado, com carteira assinada e direitos assegurados.” (DOWBOR, 2004, p. 11).

A evolução das TICs possibilitou ao trabalhador um desenvolvimento jamais visto na forma como desempenha suas funções, pois o microcomputador, por exemplo, possibilita ao

indivíduo desenvolver seu trabalho com mais conforto, às vezes podendo trabalhar em sua própria casa. Entretanto, não se pode negar que os computadores vêm substituindo as pessoas em muitos postos de trabalho, uma vez que é de interesse do empregador, seguindo a lógica do capitalismo, reduzir os custos de produção e o tempo de conclusão de tarefas. Hoje as tecnologias possibilitam essas reduções utilizando-se da computação.

A mundialização das economias é outro fator que influenciará na geração de emprego, pois:

[...] a concorrência intensa em mercados globais pressiona os empregadores para reduzir os custos de trabalho (salários e encargos sociais). Deste modo, mesmo se houver aumento da procura, não se criarão mais empregos, porque as TICs permitem aumentar a produtividade, isto é, aumentar o volume da produção com o mesmo ou um número mais reduzido de trabalhadores. Por conseguinte, a crescente difusão das TICs leva à redução drástica do emprego e à formação de uma elite profissional, lançando a maioria da população no desemprego e/ou na situação de emprego precário. (KOVÁCS, 2002, p. 27).

Do mesmo modo, Vogt (2001, p. 3), confirma o pensamento de Kovács, ao enfatizar que:

Se os dados da ONU estiverem corretos e a previsão de que nos próximo 10 anos será preciso gerar, no mínimo, 1 bilhão de empregos no mundo, e se as tendências apontadas para esse início de século confirmarem que somente 25% da população economicamente ativa será de trabalhadores qualificados e protegidos pela legislação, outros 25% pouco qualificados e desprotegidos, e 50% desempregados ou sub-empregados em trabalhos informais e ocasionais sem nenhuma proteção local, se esses cenários se configurarem efetivamente, claro está que o ritmo de crescimento de nossa economia jamais alcançará a velocidade da demanda social e que todo esforço de alinhamento por cima gerará, no fim das contas, muito mais exclusão do que inclusão.

Do processo de informatização e robotização decorre um enfraquecimento da classe trabalhadora, principalmente daqueles indivíduos desprovidos de qualificação. Apenas os que possuem conhecimento acumulado são valorizados em uma organização. Sendo assim, para que tenham segurança em um cargo, os trabalhadores passam a reter o máximo de informação e conhecimento, evitando passar essas informações e o conhecimento adquirido para outras pessoas com o intuito de obterem certa estabilidade no emprego por possuírem conhecimentos que outros indivíduos não possuem: é a individualização dos membros da sociedade.

Para Carmo (2006, p. 69):

O aumento da competição internacional, em um período de baixo crescimento, levou todos os Estados a se tornarem mais enxutos e a se voltarem para a manutenção de um clima favorável aos negócios. Os sindicatos e outros movimentos sociais foram controlados. Embora a política de resistência por parte da classe trabalhadora possa ter variado, a austeridade e a ruptura do compromisso social entre governo e trabalhadores se tornaram bandeiras em quase todos os estados do mundo capitalista avançado.

O enfraquecimento dos sindicatos, a derrocada do ideal socialista e a permissividade dos governos ao trabalho alternativo (temporário, estagiário, entre outros), vêm causando diversas perdas de direitos à classe trabalhadora. Mais do que nunca os contratos temporários são estabelecidos, isentando o empregador de qualquer tipo de encargo trabalhista. Por sua vez, o empregado fica sem qualquer tipo de garantia. Pois esse fluxo empregatício impede que o trabalhador planeje carreira dentro de uma organização. Diante dessa estrutura de trabalho não é possível sequer que ele tenha seguridade social ou estabilidade de emprego. Algumas empresas criaram, inclusive, cooperativas *pro forma*, com o intuito de isentarem-se do pagamento dos direitos sociais. Somesse a isso a proliferação de agências para alocação de trabalho temporário, e teremos a configuração de um quadro sombrio para o trabalho tradicional.

Segundo Rosembaum (2006, p. 2):

[. . .] nasce a sociedade do desamparo, das incertezas e também, por outro lado, da criatividade pessoal, da autonomia e liberdade. A desvinculação do trabalhador em relação ao seu empregador é uma das marcas da nossa era. Contudo, o paternalismo dos anos 50 ainda vigora como modelo ideal para os que projetam o futuro profissional das novas gerações, sem perceber que esse mundo está definitivamente definhando.

Pode-se constatar que apenas uma elite estará empregada, pessoas dispostas a aprender constantemente, que tenham características multifuncionais, com atitudes mais autônomas e reflexivas, aptos a controlar informação, manipular símbolos e criar novas tecnologias. Kovács (2002, p. 28) lembra que “Robert Reich distingue três tipos de trabalho de acordo com a capacidade de produzir valor acrescentado: os serviços de rotina, os serviços interpessoais e os serviços simbólico-analíticos”.

Os serviços de rotina são aqueles em que predominam tarefas repetitivas e de supervisão de rotinas. Os serviços interpessoais são aqueles em que há contato direto entre o trabalhador e o cliente, recepcionistas, seguranças, trabalhadores da área de saúde, etc. Já os serviços simbólico-analíticos referem-se às atividades de identificação e resolução de problemas. Vamos nos ater um pouco mais nesse serviço.

Os serviços simbólico-analíticos são os que têm maiores chances de crescimento e de valorização no contexto da sociedade da informação. Os investigadores científicos são os que melhor representam esses trabalhadores. Professores universitários, engenheiros, especialistas em informação, analistas de sistemas, editores, jornalistas, etc., são algumas das categorias com grandes chances de inserção nesses serviços. Para se manter no mercado o indivíduo tem de se qualificar continuamente, pois os serviços simbólico-analíticos exigem qualidade, originalidade e rapidez na resolução de problemas, o que exige um aperfeiçoamento constante.

Segundo Kovács (2002, p. 34):

As análises sobre a sociedade da informação sublinham, sobretudo, o aumento do peso dos empregos do sector quaternário ou dos empregos da informação e da comunicação, (ligados a produção, ao tratamento e à difusão da informação), representando mais de metade do emprego nas economias mais avançadas.

É possível afirmar que está ocorrendo uma mudança no conceito de trabalho. Mas são necessárias, também, mudanças organizacionais e institucionais correspondentes. Segundo DOWBOR (2004, p. 18):

Geram-se tensões generalizadas entre, de um lado, segmentos tecnologicamente mais avançados, que buscam transformações mais rápidas, e, de outro, amplas massas de trabalhadores inseguros e, também, quadros gerenciais de alta qualificação que se sentem ameaçados com mudanças como, por exemplo, a redução do leque hierárquico.

Já Prodanov (2004) destaca as dificuldades dos jovens em ingressarem no mercado de trabalho. Segundo ele, estamos vivendo uma combinação explosiva. Por um lado, uma tímida atividade econômica nacional, marcada por um pequeno crescimento da atividade produtiva que beira a recessão, e a necessidade de empresas tornarem-se cada vez mais enxutas e

seletivas em suas contratações, buscando uma maior competitividade no mercado; por outro lado a existência de um grande contingente de jovens sem experiência profissional, impossibilitados de pleitear as poucas vagas que se abrem.

[. . .] o grande problema alegado para a contratação destes jovens, além da retração da atividade econômica, é a falta de experiência profissional. Sem acesso ao mercado de trabalho por falta de experiência, que nunca terão, grande parte deles, conseqüentemente, permanecerá à margem do trabalho dito formal. Cria-se aí um grande dilema e gargalo social. (PRODANOV, 2004, p. 160).

Para Prodanov, algumas alternativas poderiam advir de políticas públicas como os programas de primeiro emprego, ou programas de estágios em empresas, estímulo ao empreendedorismo e a abertura de linha de micro crédito, segundo o autor, essas iniciativas poderiam amenizar o problema, integrando uma parcela desses jovens ao mundo do trabalho (PRODANOV, 2004).

De qualquer forma, os problemas criados pela globalização não são fáceis de serem resolvidos. A escassez do emprego já é uma característica da contemporaneidade e o que esperar para daqui a dez, vinte anos, é uma incógnita. Até mesmo os estudiosos da área do trabalho, como Kovács (2002) e Castells (1996; 2006), entre outros, divergem quanto ao que esperar do futuro do emprego no mundo.

2.2 Carreiras e profissões na Sociedade da Informação

A vulnerabilidade do mundo do trabalho dissipou as possibilidades reais de segurança. As carreiras são instáveis, postos de trabalho são eliminados diariamente, as profissões são criadas, extintas ou redefinidas conforme o movimento das sociedades, dos interesses capitalistas, e da necessidade de criação, aplicação e aquisição de conhecimentos novos.

As carreiras são colocadas em xeque:

[. . .] Até os escritórios mais veneráveis e as fábricas mais orgulhosas de seu longo e glorioso passado tendem a desaparecer da noite para o dia e sem aviso; empregos tidos como permanentes e indispensáveis, do tipo “impossível viver sem eles”, se evaporam antes que o

trabalho esteja terminado, habilidades outrora febrilmente procuradas, sob forte demanda, envelhecem deixam de ser vendáveis muito antes da data prevista de expiração; e rotinas de trabalho são viradas de cabeça para baixo antes de serem aprendidas. (BAUMAN, 2003, p. 46)

Os direitos sociais são eliminados, a mão-de-obra individualizada e o dever de trabalho se sobrepõem às obrigações com a construção de um mundo melhor. Segundo Bauman (2005), entre as pessoas que vivem de um projeto para outro, pessoas cujos projetos de vida são desmembrados numa sucessão de projetos de curta duração, não há tempo para que descontentamentos difusos se reduzam à busca por um mundo melhor. Tais pessoas prefeririam um hoje diferente para cada um, a pensarem seriamente num futuro melhor para todos.

O que o autor deixa claro é que, na rotina instável do trabalho, na flexibilidade exagerada nas contratações, na insegurança da escolha profissional e da carreira e na luta diária por uma vida melhor, o indivíduo não tem tempo e sequer ânimo para buscar a “boa-sociedade”. O esforço para manter-se “consumidor” tira dele a capacidade de desenvolver, junto aos demais membros da sociedade, objetivos e estratégias comuns de melhoria da qualidade de vida. As categorias profissionais estão agora isoladas, à mercê dos próprios recursos e de sua capacidade de sobrevivência.

Em função desse isolamento e da ambição por melhores condições de trabalho e remuneração, as categorias entram em conflito, verdadeiros campos de batalha são formados em torno do trabalho, os confrontos entre grupos profissionais são constantes, a tentativa de estabelecimento de um lastro de atuação parece ser uma das maiores motivações desses grupos. Para Bauman (2005, p.42): “A idéia de um mundo melhor, se é que surgiu, se encolheu diante da defesa de causas atuais relacionadas a grupos ou categorias. Ela permaneceu indiferente a outras privações e desvantagens e ficou muito longe de oferecer uma solução universal e abrangente para os problemas humanos.”

A busca por reconhecimento e os interesses pessoais subjagam valores de justiça social já que a felicidade é ser bem-sucedido. Os desafios da vida exigem que se busquem soluções privadas para problemas sociais, e já não é mais possível contar com o Estado, fragilizado pela supressão de seus poderes, fruto da globalização capitalista. As queixas e reclamações sociais não têm mais a quem serem dirigidas depois da restrição do poder do Estado.

O movimento de formação contínua exige do indivíduo atualização constante, faz dele um eterno estudante. Por um lado, o escraviza, obrigando-o a assumir responsabilidades através de competências que, muitas vezes, sequer são de sua área de atuação, capacitação fora do seu horário de trabalho e utilizando-se de recursos financeiros para sua atualização profissional através de seu próprio salário. Por outro lado, garante sua segurança no emprego, fazendo-o assumir mais responsabilidades e novas alternativas de manter-se em uma organização ou mesmo maior facilidade de encontrar um novo emprego com melhor salário, se for o caso.

Os programas de trainees são bons exemplos da carreira na nossa sociedade, jovens profissionais recém formados ou em etapas finais de formação que tenham tido bom desempenho acadêmico enfileiram-se em processos seletivos tentando garantir carreira em uma empresa, pois o curso superior, por si só, já não garante mais um emprego ao final da faculdade. Santos (2002), em seus estudos com jovens recém formados relata:

Os jovens têm uma visão diferenciada sobre a questão do trabalho e sobre a carreira. Muitos almejam o crescimento profissional dentro de uma empresa nacional ou multinacional atendendo à demanda por jovens talentos: programas de trainee. Outros, após passarem por organizações conceituadas, acreditam que chegou a hora da virada: partir para um negócio próprio. Uns poucos, investidos de muita coragem, saem direto dos bancos da faculdade e se tornam micro-empresários. Mas afinal, o que está acontecendo? O trabalho no sentido tradicional, assim como a carreira, está mudando rapidamente. Novos questionamentos estão presentes no mundo do trabalho, como a precarização do trabalho, a flexibilização das relações trabalhistas, o trabalho em tempo parcial, o desemprego, etc. O conceito de carreira também evoluiu: de linear, progressiva e, de forma previsível, para algo mais flexível, podendo assumir diversas formas. Mas tornou-se o resultado de experiências, investimentos em treinamento, escolhas e opções individualizadas. Cabe a cada um gerir a sua própria carreira. (SANTOS, 2002, p. 70-71).

O significado da carreira na sociedade da informação vem perdendo sua força, uma vez que ela já não garante tanto status e a remuneração deixou de ser atraente. Substituem-se os sonhos por uma carreira ascendente em uma organização nacional ou multinacional, por uma vida que possibilite lazer, qualidade de vida e equilíbrio pessoal. Além disso, alternativas como abrir o próprio negócio despontam para as novas gerações de trabalhadores, assim como prestar consultorias e serviços para várias empresas sem vínculos empregatícios com elas, podendo agir com liberdade e flexibilidade administrativa.

3 AS IDENTIDADES SOCIAIS DE QUE SE REVESTEM OS INDIVÍDUOS E OS GRUPOS

A sociedade contemporânea é marcadamente individualista, sobre ela pesa a incerteza de um futuro onde a religião não está mais no centro das culturas, os fluxos migratórios são constantes e quase incontroláveis. Enquanto isso, o hibridismo cultural, advindo da globalização e do impacto das tecnologias de informação e comunicação, se manifesta em todas as partes do mundo, o que torna necessária uma compreensão das identidades sociais em face da fragmentação imposta pela sociedade atual.

O sentido atribuído ao ambiente, ao espaço social e simbólico, às normas, constitui, através de posições individuais, a posição do grupo; a familiaridade com os temas, as opiniões sobre eles, as semelhanças nas atitudes, interesses, ambições, entre outras, formam as identidades coletivas.

Indivíduos que compartilham sua cultura e princípios de visão comum, que se unem em comunidades, formam grupos que cultivam valores e interesses e que, enfim, identificam-se, povoam a sociedade contemporânea. As possibilidades de identificação são inúmeras, podendo o indivíduo ter identidade profissional, de classe, de gênero, territorial, étnica, entre outras, desde que possua algum tipo de afinidade que lhe permita a relação.

Smith (1997) identifica categorias que constituem o eu individual. Para ele as categorias baseadas no gênero são universais e impregnam todos os âmbitos. Separadas geograficamente, divididas socialmente e fragmentadas etnicamente, as divisões de gênero têm que se associar a outras identidades que possuam um maior poder de coesão, se quiserem inspirar uma consciência e ação coletivas. Em segundo lugar figura a categoria de espaço e território, a identidade local e regional. O localismo e o regionalismo possuem qualidade coercitiva, mas, com frequência, essa impressão é enganosa: as regiões podem se fragmentar em localidades e as localidades se desintegrarem em populações independentes. A categoria de classe social é, levando-se em consideração a citação do autor feita sobre a sociologia marxista, a identidade coletiva mais importante, a única relevante e o único poder da história. As identidades étnicas e religiosas, por sua vez, são integradas normalmente por pessoas oriundas da mesma classe social. As comunidades religiosas estão, em muitos casos,

relacionadas estreitamente com as identidades étnicas e, ainda que as “religiões mundiais” pretendam passar por cima das fronteiras étnicas e aboli-las, a maioria delas coincide com grupos étnicos.

Esta fragmentação identitária, que permite ao indivíduo “circular” entre diferentes grupos identificando-se igualmente com todos eles, é reflexo do que Hall (2005) chama de “descentramento”, que é a possibilidade de o sujeito possuir não uma, mas várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. O indivíduo então, não possui mais uma identidade fixa, permanente, invariável, uma vez que há plena mobilidade para assumir identidades diferentes em momentos diferentes. Até as chamadas “comunidades guarda-roupa” (BAUMAN, 2005) tomam espaço na sociedade contemporânea:

As comunidades guarda-roupa são reunidas enquanto dura o espetáculo e prontamente desfeitas quando os espectadores apanham os seus casacos nos cabides. Suas vantagens em relação à “coisa genuína” são precisamente a curta duração de seu ciclo de vida e a precariedade do compromisso necessário para ingressar nelas e (embora por breve tempo) aproveitá-las. Mas elas diferem da sonhada comunidade calorosa e solidária da mesma forma que as cópias em massa vendidas nas lojas de departamentos diferem dos originais produzidos pela alta-costura [. . .]. (BAUMAN, 2005, p. 37).

No mundo pós-moderno, os antigos modelos de identidade, rígidos, inflexíveis, não funcionam. Ainda se busca o abrigo das identidades estáveis, mas, mesmo algumas delas, tradicionalmente confiáveis, como a identidade familiar, desvanecem, perdem-se na superficialidade dos relacionamentos pessoais, nos divórcios, na separação entre pais e filhos. As identidades tornam-se ambivalentes. De um lado, surgem muitas delas, oferecendo diversas oportunidades, “provocando” o indivíduo; de outro, a segurança torna-se cada vez mais necessária, despertando no indivíduo a vontade de sentir-se incluído e estável em uma comunidade.

Para Bernardes e Hoenisch (2003, p. 108):

[. . .] o postulado da identidade relacionado aos estudos de personalidade construídos pela Psicologia serviu de objetivações de saberes paradigmáticos e prescritivos de formas de ser homem, mulher, adolescente etc. Essas formas de ser lentamente adquirem estatutos de verdade, naturalizados, constituindo-se como elementos produtores dos modos de nomearmos e vermos a nós mesmos, de nos subjetivarmos.

A constituição do ser social e da sua maneira de ser e estar no mundo, a necessidade de aceitação pelo grupo, de filiação, seu sentimento de pertença são representações do sentir-se incluído. O medo do isolamento contrasta com a sociedade individualista que a contemporaneidade preconiza, e o indivíduo esforça-se para possuir características que o tornem reconhecível pelo grupo.

Segundo Bauman (2003, p. 20), “Identidade, a palavra do dia e o jogo mais comum da cidade, deve a atenção que atrai e as paixões que desperta ao fato de que é a *substituta da comunidade*: do ‘lar supostamente natural’ ou do círculo que permanece aconchegante por mais frios que sejam os ventos lá fora.” (grifo do autor). As comunidades normalmente são vistas de forma positiva pelas pessoas que delas fazem parte. Elas dão a idéia de proteção, aconchego, solidariedade, de uma cultura em comum onde se partilham valores, crenças, práticas e onde há certa semelhança de interesses entre os indivíduos que compõem o grupo, utilizando-se de um termo de Bauman (2003) uma “existência compartilhada”. E é em função dessa existência compartilhada que se formam as identidades.

Deve-se levar em consideração o fato de que as identidades sociais são convenções e reproduções sociais necessárias e possuem um desempenho determinado no mundo social. Elas moldam os indivíduos, os formatam, os tornam uniformes, restringindo seus espaços, circunscrevendo suas relações ao grupo. É o estabelecimento do que Bourdieu (1989) chama *Habitus*, processo pelo qual o eu e o mundo social moldam um ao outro.

Segundo Domingos Sobrinho (2000), as experiências acumuladas ao longo da trajetória de um grupo produzem os esquemas de percepção, de pensamento e de ação que guiam os indivíduos assegurando-lhes a conformidade e constância de certas práticas através do tempo. Uma vez estruturado, o *habitus* não cessa de produzir percepções, representações, opiniões, desejos, crenças, gostos e toda uma gama interminável de produções simbólicas (DOMINGOS SOBRINHO, 2000).

Quando os indivíduos de um mesmo grupo compartilham um mesmo *habitus*, elas se entendem facilmente, no entanto, indivíduos que possuem *habitus* diferentes tendem a entrar em conflito. Para Domingos Sobrinho (2000) as condições sociais de existência são interiorizadas sob a forma de princípios inconscientes de ação e reflexão, esquemas de percepção de entendimento, portanto, sob a forma de estruturas da subjetividade.

As identidades nacionais são um bom exemplo de convenções e reproduções sociais. Sua formação não foi por acaso, mas por necessidade dos Estados-nação, que visavam estabelecer sua legitimidade e lançar os alicerces do que seria a identidade nacional das pessoas que se encontravam em seu território. Segundo Bauman (2005, p. 26): “Nascida como ficção, a identidade precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar numa realidade (mais corretamente: na única realidade imaginável) – e a história do nascimento e da maturação do Estado moderno foi permeada por ambos.”

Os métodos do Estado para consolidar sua legitimidade e subordinação incondicional de seus membros se dá através da imposição da nacionalidade ao indivíduo recém-nascido. É o Estado quem determina e seleciona as tradições, as leis, os modos de vida locais, entre outras coisas. Bauman (2005, p. 28) afirma:

A identidade nacional, permita-me acrescentar, nunca foi como as outras identidades. Diferentemente delas, que não exigiam adesão inequívoca e fidelidade exclusiva, a identidade nacional não reconhecia competidores, muito menos opositores. Cuidadosamente construída pelo Estado e suas forças (ou a ‘governos à sombra’ ou ‘governos no exílio’ no caso de nações aspirantes – ‘nações in spe’, apenas clamando por um espaço próprio), a identidade nacional objetivava o direito monopolista de traçar a fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’.

Bauman (2005) afirma, ainda, que a identidade nacional só permitiria ou toleraria outras identidades se elas não fossem suspeitas de colidir com a irrestrita prioridade da lealdade nacional. A identidade nacional seria, assim, a mais forte das identidades, todas as outras se encontrariam embaixo de seu “guarda-chuva”, num constante processo de subjugação.

Se o Estado moderno se utilizou de diversos artifícios para solidificar a identidade nacional, o sujeito do Iluminismo por sua vez passou por diversas fases na sua constituição. Stuart Hall (2005), estudando o “descentramento” do sujeito, cita cinco principais descentramentos. O primeiro diz respeito à teoria marxista de que os indivíduos não poderiam, de nenhuma forma, ser os “autores” ou os agentes da História, uma vez que eles podiam agir apenas com base em condições históricas criadas por outros e sob as quais eles nasceram, utilizando os recursos materiais e de cultura que lhes foram fornecidos por gerações anteriores.

O segundo descentramento vem da descoberta do inconsciente por Freud. Na teoria freudiana, nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas

com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona de acordo com uma “lógica” muito diferente daquela da Razão, arrasa o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada – “penso, logo existo” do sujeito de Descartes. Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Portanto, em vez de falar da identidade como algo acabado, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. (HALL, 2005).

O terceiro descentramento está associado com o trabalho da lingüística estrutural, cujo principal expoente foi Ferdinand de Saussure, o qual argumentava que nós não somos, em nenhum sentido, os “autores” das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua. Nós sabemos o que é a “noite” porque ela não é o “dia”. Observe-se a analogia que existe aqui entre língua e identidade. Eu sei quem “eu” sou em relação com “o outro”. Nossas afirmações são baseadas em proposições e premissas das quais nós não temos consciência, mas que são, por assim dizer, conduzidas na corrente sanguínea de nossa língua. (HALL, 2005).

O quarto descentramento ocorre no trabalho do filósofo e historiador Michel Foucault, que produziu uma espécie de “genealogia do sujeito moderno”, em que destaca um novo tipo de poder, que chama “poder disciplinar”, o qual está preocupado, em primeiro lugar, com a regulação; a vigilância é o governo da espécie humana. Seus locais são aquelas novas instituições que se desenvolveram ao longo do século XIX e que “policiam” e disciplinam as populações modernas: oficinas, quartéis, escola, prisões, hospitais, clínicas e assim por diante. O quinto e último descentramento proposto por Hall é o impacto do feminismo, que teve uma relação mais direta com o sujeito cartesiano e sociológico, questionando a clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e o “público”, entre diversos outros questionamentos. (HALL, 2005).

Ao mapear o descentramento, Hall demonstra como o “sujeito” do Iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando na fragmentação identitária do sujeito pós-moderno.

De acordo com Bauman (2005, p. 17):

É comum afirmar que as ‘comunidades’ (às quais as identidades se referem como sendo as entidades que as definem) são de dois tipos. Existem comunidades de vida e de destino, cujos

membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) ‘vivem juntos numa ligação absoluta’, e outras que são ‘fundidas unicamente por idéias ou por uma variedade de princípios’.

Um exemplo das “comunidades de vida” são as identidades nacionais e de “comunidades de destino” as identidades profissionais. As “comunidades de vida” fazem parte do sujeito, são intrínsecas a sua condição social, já as “comunidades de destino” são escolhidas, eleitas pelos indivíduos levando em consideração seus ideais, o que almejam, no entanto, por sua natureza de escolha pode ser reconsiderada e analisada diversas vezes, podendo, em função disso ser abandonada. Daí podemos extrair que as identidades são negociáveis, e, na maioria das vezes, um opção do indivíduo.

O tema identidade é um tema amplo e, por sua natureza ambivalente e intangível, torna seu estudo complexo e, por vezes, cansativo, é como percorrer um caminho sem fim e a crise do multiculturalismo acentuou este caráter. Para o autor, a questão da identidade também está ligada ao colapso do Estado de bem-estar social e ao posterior crescimento da sensação de insegurança, com a “corrosão do caráter” que a insegurança e a flexibilidade no local de trabalho têm provocado na sociedade.

3.4 A mundialização cultural e a intervenção nas identidades sociais

O tema “cultura” voltou a ser discutido intensamente em função do processo de mundialização, até então vista como o modo de vida de um povo, a cultura se modifica, se fragmenta, se metamorfoseia, é moldada por diversas forças, entre elas a força do mercado e do poder regulamentador do Estado. Para Mathews (2002, p. 25):

Está claro que cultura tornou-se, em parte, uma questão de gosto pessoal; até certo grau parece que nós pegamos e escolhemos culturalmente quem somos na música que ouvimos, na comida que comemos e, talvez, mesmo na religião que praticamos. Entretanto nossas escolhas não são livres, mas condicionadas por nossa idade, classe, gênero e nível de riqueza, e pela cultura nacional à qual pertencemos, entre outros fatores.

A mundialização que interfere na cultura atinge as identidades sociais, pois a identidade é reflexo da cultura de um grupo. Quando afirma que nossas escolhas em relação à

cultura não são livres, o autor quer dizer que o comportamento humano está baseado não nos valores básicos que mantemos, mas em nossa submissão às pressões exercidas pelo mundo social ao nosso redor, pressões que só podemos resistir por um alto preço.

Segundo Hall (2005, p. 13) “[. . .] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.” A vulnerabilidade do indivíduo e também de algumas identidades que se extinguem com uma rapidez espantosa, como algumas “tribos” em que se juntam jovens que logo as abandonam, é reflexo desse descompromentimento identitário, fruto da mundialização, onde a hibridização cultural toma grandes proporções. A reunião em torno de idéias e ou ideais é temporária e está à mercê de novas idéias ou ideais mais interessantes advindas de outros grupos. Parece haver aí também um descompromentimento com quem até então foi nossos pares, com a ideologia outrora defendida. A condição da identidade é provisória.

Segundo Carmo (2006, p.19):

[. . .] Também a heterogeneidade de produtos supérfluos, de consumo imediato ou descartáveis, possibilita que diversos grupos sociais possam se ‘diferenciar’ dos demais, como no modo de se vestir, por exemplo, acreditando com isso ganhar sua própria identidade. Há quem diga que no mundo atual ‘quanto mais parece haver diversidade mais ela é acompanhada pela uniformidade’.

Outro fator marcante da mundialização é a formação de cosmopolitas, uma elite global com inserção (embora nem sempre acompanhada de aceitação) imediata nas principais capitais do mundo, contrastando com a realidade miserável daqueles que estão condenados a viver a dimensão local. Embora o cosmopolitismo pareça uma posição confortável no universo da globalização, pois o indivíduo pode ambientar-se em qualquer lugar do mundo, a contrapartida pode ser dolorosa, uma vez que nunca se estará realmente em casa. O conceito “cidadão do mundo” ainda é uma ilusão. As pessoas que saem de seus países de origem, por exemplo, ou são imigrantes, ou são turistas, mas, definitivamente, não são vistas como “iguais” nos países onde chegam.

Bauman (2005) assinala que os “grupos” que os indivíduos destituídos pelas estruturas de referência ortodoxas “tentam encontrar ou estabelecer” hoje em dia tendem a ser eletronicamente mediados, frágeis “totalidades virtuais”, em que é fácil entrar e abandonar. As comunidades virtuais proliferam-se e criam ilusões de relacionamentos, simulacros de realidade. Ele assinala, ainda, que, expostos aos “contatos facilitados” pela tecnologia eletrônica, perdemos a habilidade de nos engajar em interações espontâneas com pessoas reais.

3.5 Conflitos e tensões identitárias

A escolha de quem somos é livre. Por mais que estejamos condicionados a várias pressões, temos livre arbítrio para optarmos por uma identidade, e será ela que representará como nós, indivíduos, nos concebemos e nos rotulamos. Ser membro de um grupo implica vínculos e exigências comunitárias, entre elas a lealdade ao grupo, e a rejeição e ou resistência a grupos estranhos.

Embora muitos grupos tenham sua identidade estabelecida e, dentro do próprio grupo, os indivíduos possuam mais de uma identidade (de gênero, profissão, etc.), alguns ideais de identidade estão fortemente arraigados - o que causa conflitos identitários, tensões e até guerras, situação possível de constatar diariamente através dos meios de comunicação que trazem notícias das disputas étnicas, principalmente por território. Por isso o tema identidade traz agitações e muitas preocupações:

Juntamente com a revolução tecnológica a transformação do capitalismo e a derrocada do estatismo, vivenciamos no último quarto do século o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes. Essas expressões encerram acepções múltiplas, são altamente diversificadas e seguem os contornos pertinentes a cada cultura, bem como às fontes históricas da formação de cada identidade. (CASTELLS, 2006, p. 18)

Muitas vezes, alguns povos, mesmo sob um governo fortemente centralizador, mantêm sua identidade étnica em detrimento a identidade nacional, resistindo à dominação:

Resistências mais radicais se revelaram, por exemplo, nos conflitos entre os diferentes povos que convivem na ex-União Soviética. Segundo o historiador Paul Kennedy, em *Preparando para o século XXI*, mais de setenta anos de domínio de um forte governo centralizador na Rússia não foram suficientes para apagar a identidade de muitas nações e etnias que faziam parte daquele conglomerado de países. (CARMO, 2005, p. 28) (grifo do autor).

A mundialização cultural tem o poder de unir, de reconhecer como legítimo o estranho, mas, em contrapartida, vemos, por toda parte, choque entre civilizações. Oriente e ocidente se aproximam em termos de mercado (exportação de petróleo, por exemplo), mas afastam-se por motivos étnicos, religiosos, entre outros (por exemplo o Fundamentalismo Islâmico, que condena o modo de vida ocidental e vice-versa).

A influência dos Estados-nação diminuiu consideravelmente após a revolução das TIC, mas por muito tempo só foram toleradas identidades que não entravam em choque com as identidades nacionais, não se indispondo, desta forma, com o próprio Estado:

Ser indivíduo de um Estado era a única característica confirmada pelas autoridades nas carteiras de identidade e nos passaportes. Outras identidades, “menores”, eram incentivadas e/ou forçadas a buscar o endosso-seguido-de-proteção dos órgãos autorizados pelo Estado, e assim confirmar indiretamente a superioridade da “identidade nacional” com base em decretos imperiais ou republicanos, diplomas estatais e certificados endossados pelo Estado. Se você fosse ou pretendesse ser outra coisa qualquer, as “instituições adequadas” do Estado é que teriam a palavra final. Uma identidade não-certificada era uma fraude. Seu portador, um impostor – um vigarista. (BAUMAN, 2005, p. 28)

Algumas identidades nunca apresentaram problemas para o Estado. As identidades profissionais, familiares, entre outras, são exemplos. Elas constituem-se independentes do Estado, mas não o agridem de forma alguma, pelo contrário, dão sustentação a ele. Identidades étnicas e religiosas, por sua vez, causam certa preocupação ao Estado, pois a influência dessas identidades pode ser mais poderosa que a do próprio Estado. Para provar tal afirmação, basta nos reportarmos à questão palestina, um povo sem identidade nacional, mas com forte identidade étnica, capaz de através dela reivindicar um Estado nacional.

Os conflitos e tensões indentitárias estão, ainda, vinculados a questões pessoais. Bauman (2005) comenta que a identificação é também um fator poderoso de estratificação,

uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras. Num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros, identidades de que eles próprios se ressentem, às quais não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam.

O direito a uma identidade digna é negado, e sua reivindicação não é levada em consideração. Às vezes o estigma de ser um ex-presidiário, uma mãe solteira, ter alguma deficiência física, é suficiente para a exclusão do indivíduo. Sua identidade é a dos “rejeitados”, uma sub-classe que vive marginalizada, humilhada, e que não possui o mesmo direito dos outros, o direito à escolha da identidade que possa almejar.

Bauman (2005) lembra que a expansão da economia capitalista se emparelhou com a amplitude global da dominação política e militar do Ocidente, e assim a produção de “pessoas rejeitadas” se tornou um fenômeno mundial. Ele afirma ainda que, no presente estágio planetário, o “problema do capitalismo”, a disfunção mais gritante e potencialmente explosiva da economia capitalista está mudando da exploração para a exclusão.

O tema identidade é bastante complexo. Trata-se de um conceito fortemente contestado, em função do qual inúmeras teorias e opiniões divergentes vêm à tona. A representação de um conjunto de símbolos, as crenças e normas sociais que formam identidades também são mutáveis, o que torna ainda mais difícil um trabalho definitivo sobre o tema e que, acima de tudo, o torna espinhoso e conflituoso.

3.6 Identidades profissionais: construção e auto-afirmação

A acirrada competição no mercado global e no mundo do trabalho, que teve o seu estopim na revolução das tecnologias de informação e comunicação, a estereotipagem de alguns grupos profissionais, a convergência de interesses entre indivíduos de uma mesma

categoria profissional, fez com que se tornasse necessário um fortalecimento das identidades profissionais.

Construídas ao longo de séculos, as identidades profissionais representam um comportamento coletivo em que os indivíduos de uma categoria profissional são interdependentes e compartilham experiências semelhantes. Dubar (1997) afirma que, antes da expansão das Universidades, o trabalho era considerado uma arte e abrangia todos os que integravam as corporações e possuíam autorização para exercer determinado monopólio sobre uma profissão. As artes liberais e as artes mecânicas, os artistas e os artesãos, os intelectuais e os trabalhadores manuais provinham de um mesmo tipo de organização corporativa, que assumia a forma de “ofícios juramentados” nas “cidades juramentadas”, onde se professava uma arte. O termo profissão, deriva, segundo Dubar, dessa “profissão de fé” consumada nas cerimônias rituais de entronização nas corporações.

A partir da consolidação das Universidades as artes liberais e as artes mecânicas começaram a separar-se:

- as ‘profissões’ derivadas das ‘septem artes liberales’ que se ensinavam nas Universidades e ‘cujas produções pertenciam mais ao espírito que à mão’ (*Grande Encyclopédie*);
 - os ‘ofícios’ derivados das artes mecânicas [. . .] e que se desvalorizam na sociedade do antigo regime a ponto de a *Enciclopédia* lhes dar a definição seguinte no século XVIII: ‘ocupações que exigem a utilização dos braços e que se limitam a um dado número de operações mecânicas’.
- (DUBAR, 1997, p. 124).

Ao longo do tempo as profissões foram sendo definidas. Isso gerou o interesse das pessoas em fazerem parte daquele mundo e daquela cultura profissional, de pertencer a um grupo específico, adquirindo, então, através de atividades sistemáticas de formação acadêmica e intelectual, condições para ingressar no grupo e compartilhar com seus membros uma identidade profissional. Para tal, uma série de requisitos burocráticos são, então, criados, como, por exemplo, o diploma, que abre acesso à carreira profissional.

Dubar (1997) chama atenção para as rupturas através das quais o indivíduo passa alcançar esse “mundo especializado” (grifo nosso) ou “socialização secundária” (grifo nosso). Para Dubar (1997) é a incorporação deste “saber de base” (grifo do autor) na e com a aprendizagem “primária” da linguagem (falar, depois ler e escrever) que constitui o processo fundamental da socialização primária porque assegura em simultâneo “a posse subjetiva de um

eu e de um mundo” (grifo do autor) e, portanto, a consolidação dos papéis sociais. Segundo o autor, estes saberes de base dependem essencialmente das relações que se estabelecem entre o mundo social da família e o universo institucional da escola e são, simultaneamente, “campos semânticos” (grifo do autor) que permitem categorizações de situação e “programas de iniciação formalizados” (grifo do autor) que permitem a construção e a antecipação de condutas sociais.

A partir dessa introdução sobre socialização primária, Dubar (1997) destaca a importância que se deve dar à socialização secundária. O autor afirma que se trata da incorporação de saberes especializados, ao qual chama saberes profissionais, que constituem saberes de um novo gênero. São conceitos que têm subjacentes um vocabulário, receitas, fórmulas ou procedimentos, um programa formalizado e um verdadeiro “universo simbólico” (grifo do autor) veiculando uma concepção de mundo, mas que, contrariamente aos saberes de base da socialização primária, são definidos e construídos por referência a um campo especializado de atividades.

Dubar (1997) afirma que o desencadear de uma socialização secundária em ruptura com a socialização primária é associado a dois tipos de situações muito diferentes. A primeira é aquela na qual a socialização primária não foi conseguida por várias razões (acidentes biográficos, por exemplo), a socialização secundária permite então construir uma identidade mais satisfatória, ou simplesmente mais consistente – do que aquela produzida pela socialização primária. A segunda circunstância é aquela onde as identidades anteriores se tornam “problemáticas” (grifo do autor), onde as identificações aos outros significados se tornam débeis, e até inexistentes. Esta situação é particularmente provável num “contexto sociocultural com uma mobilidade acentuada, com uma transformação da divisão do trabalho e da distribuição social dos saberes” (grifo do autor). Nestas situações, a questão da socialização secundária torna-se um problema essencial colocado pela transformação do trabalho, dos saberes e das relações sociais. Para o autor, ela já não está ligada aos insucessos da socialização primária, mas sim às pressões exercidas sobre os indivíduos para modificar as suas identidades e as tornar compatíveis às mudanças em curso. A construção de um aparelho de socialização secundário eficaz torna-se então um desafio essencial ao êxito do processo de mudança social.

Ainda é relevante destacar nos estudos de Dubar (1997) que relações unem a identidade “geral” (grifo do autor) e o “mundo” (grifo do autor) correspondente, vindos da socialização primária, e a identidade “especializada” (grifo do autor) e os “mundos” (grifo do autor) associados, construídos, desconstruídos e reconstruídos no decurso da socialização secundária. Sendo assim, os aparelhos de socialização primária (famílias, escolas, etc.) entram em interação com os aparelhos de socialização secundária (empresas, profissões, etc.) provocando crises de legitimidade dos diversos saberes e das transformações possíveis dos “mundos legítimos” (grifo do autor).

O sindicalismo pode constituir, por exemplo, um aparelho de socialização secundária, permitindo a transformação das identidades “dominadas” (grifo do autor) em identidades “militantes” (grifo do autor), que resistem à dominação e que contribuem para a produção de novas regras do jogo. Por fim, é preciso levar em consideração os casos em que não tendo a socialização inicial estruturado a identidade social, a socialização secundária, se não puder construir uma identidade especializada, leva a uma desestruturação durável aos indivíduos e à sua **exclusão** (grifo do autor) do espaço social (DUBAR, 1997).

Podemos extrair da análise de Dubar que as identidades profissionais são formas de socialização secundária, portanto todos os mecanismos de controle profissional também o são como: sindicatos, associações de classe, conselhos de fiscalização profissional, universidades, centros de formação superior, etc.

Boa parte desses grupos profissionais – que estão no nível da socialização secundária - possui redes de conexão, por meio dos quais trocam informações a respeito do trabalho, remuneração, ambições, entre outras coisas. Os grupos mais articulados dispõem de órgãos de representação de classe, como conselhos, associações ou sindicatos. Esses organismos de classe têm a responsabilidade de manter coesa a categoria profissional, fiscalizar o exercício da profissão e, principalmente, defender o grupo de possíveis ameaças advindas de outras profissões ou do poder público e privado.

As trajetórias biográficas dos indivíduos que compartilham a mesma profissão se entrecruzam. De início, normalmente se dá na Universidade, uma vez que, para o exercício profissional em nível superior, é necessária a passagem por uma faculdade, e é nela que os primeiros sinais de compatibilidades são despertados:

A formação inicial para um trabalho e um emprego, a qualificação e certificação obtida no quadro de uma instituição reconhecida para o fazer com vista à inserção e manutenção no mercado de trabalho deixou de ser uma relação natural e estável para se inscrever num quadro de encontros prováveis entre trajectórias possíveis. (SILVA, 2006, p. 2073)

É na formação universitária do indivíduo que se dá sua construção identitária. Embora contribuam para a construção da identidade profissional seus sonhos acalentados na infância, seus projetos durante o curso secundário, e sua preparação para o vestibular, bem como as influências familiares, de amigos e professores durante a formação escolar, é inegável que, ao frequentar a faculdade, ao conviver com pessoas que almejam atuar na mesma área, a construção de sua identidade começa a se legitimar:

O estudo sobre a formação acadêmica inclui buscar a explicação ou compreensão de vários aspectos que motivam as pessoas na realização do esforço voltado à aquisição de treinamento universitário para obter o capital intelectual necessário ao emprego e desenvolvimento de competências para as lides profissionais, ou melhor, técnico-gerenciais, bem como para a investigação científica. (SOUZA, 2006, p. 32)

A formação profissional iniciada na faculdade mais tarde se tornará sua moeda de troca. Segundo Silva (2006, p. 2074):

Pensados enquanto valor de troca – a formação/certificação por um emprego e uma posição, o trabalho por um salário – formação e trabalho configuram-se como objectos que circulam no mercado do consumo silenciando a actividade e a autoria dos sujeitos implicados na construção de sentido. (SILVA, 2006, p. 2074).

Devemos levar em consideração que a formação é um investimento individual que predispõe quem a busca a entrar no processo de construção identitária: assemelhando-se de seus pares, diferenciando-se dos demais – os que buscam uma formação diferente da sua, confirmando seus interesses, socializando-se. Através da convivência em ambientes em comum, das constatações adquiridas pelos discursos professorais, pela incidência das reflexões grupais, o indivíduo identifica-se, torna-se parte.

Quando discutimos formação, estamos nos referindo ao processo de aprendizagem, à aquisição de conhecimentos que serão úteis para o exercício profissional do indivíduo e que, normalmente, é adquirido através da preparação acadêmica. A construção de uma identidade

profissional está, portanto, intrinsecamente ligada à formação intelectual do indivíduo, o lugar alcançado ou almejado por ele no mundo do trabalho, e às pessoas que fazem parte de sua rotina profissional, que entendem sua linguagem e que têm a mesma capacidade de traduzir os termos técnicos usados por ele.

O reconhecimento da sociedade quanto ao papel desempenhado pelo indivíduo que desempenha funções profissionais também é de suma importância para a sua construção identitária:

A despeito de se saber que o sentido dado nessas sociedades a esses papéis faz com que eles sejam tomados como complementares e desse modo sejam vistos e valorizados pelo que as pessoas que os portam oferecem às respectivas sociedades que as têm, sabe-se que nessas sociedades essas pessoas também discutem as modificações que o novo contexto mundial impõe à maioria das profissões. O que parece diferente é que a discussão passa por outros aspectos, por exemplo, sobre o que fazer e o como fazer. Sobre como incorporar e os modos de incorporar tecnologias e afirmar através das próprias práticas profissionais o seu lugar social. E isto é o construir permanentemente a identidade profissional. (SOUZA, 2004, p. 99)

A identidade total do indivíduo, sendo assim, é composta por diversas identidades, sendo a identidade profissional uma das principais, pois é a forma como o indivíduo é percebido pela sociedade da qual faz parte. O papel ocupacional que desempenha é o que o define perante os membros dela, chegando mesmo a ser confundida com a identidade total do indivíduo. Terêncio e Soares (2003) comentam que perguntas do tipo “o que você vai ser quando crescer?” são feitas continuamente às crianças e mostram bem como essa fusão vai se processando desde cedo na vida individual, pois pressupõem uma resposta apenas em termos de ocupação profissional.

3.6.1 A construção da identidade profissional do bibliotecário

Para entender a construção da identidade do profissional da área de Biblioteconomia é necessário, antes de qualquer coisa, resgatar a história da implantação dos estudos na área Biblioteconômica no Brasil. A Biblioteconomia, como área do conhecimento, passou a existir, no Brasil, a partir de 1911, quando Manuel Cícero Peregrino da Silva, então Diretor da

Biblioteca Nacional, conseguiu oficializar a criação do primeiro Curso de Biblioteconomia do Brasil, primeiro também da América do Sul e 3º no mundo. Esse curso começou a funcionar somente em 1915, na própria Biblioteca Nacional e continuou durante anos até chegar ao atual da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Até o início da década de 30, a Biblioteconomia viveu sua fase humanista, calcada no modelo da École de Chartre, na França, e na qual os seus profissionais eram ilustres personalidades: escritores, historiadores, literatos, pessoas cultas em geral (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

A partir da década de 30, graças especialmente aos esforços de Rubens Borba de Moraes, a Biblioteconomia começou a progredir em passos mais largos, com a criação da primeira Escola de Biblioteconomia, que funcionou inicialmente junto ao Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo e depois na Escola de Sociologia e Política da mesma cidade. Essa Escola, dirigida por Rubens Borba de Moraes, tinha uma orientação estritamente americana, e abriu as portas para os alunos recém-saídos do Curso Secundário, o 2º grau de hoje. Para essa Escola, a fim de participar de um Curso de Atualização Profissional, Rubens Borba convidou bibliotecários de todo o país, os quais retornando aos seus Estados foram, aos poucos, envidando esforços no sentido de criar novos Cursos e Escolas de Biblioteconomia, especialmente nas Universidades Federais (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

Assim, em 1942, surgiu a Escola de Biblioteconomia e Documentação da UFBA, fundada pela Professora Bernadete Sinay Neves, que não era bibliotecária, mas engenheira civil; em 1945 foi criada a Faculdade de Biblioteconomia da PUCCAMP, por um grupo de bibliotecários paulistas; em 1947 surge a Escola de Biblioteconomia e Documentação da UFRS (hoje UFRGS), e em 1950 surgiu o Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFPR, pelo esforço de alguns bibliotecários do Paraná e a Escola de Biblioteconomia da UFMG, cuja fundadora foi Dona Etelvina Lima. Em 1965 já existiam, no Brasil, 14 Escolas e Cursos de Biblioteconomia. A profissão já tinha sido regulamentada em 1962, graças aos esforços de bibliotecárias, como Laura Garcia Moreno Russo, que, com persistência e coragem, vinham trabalhando em prol da regulamentação da profissão, há vários anos. Foi nesta fase, chamada de influência americana, que aconteceu a realização do 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, na cidade do Recife, em 1954. Nessa época também, foram criadas inúmeras bibliotecas nos órgãos públicos, especialmente federais,

incentivando o aumento de candidatos aos Cursos de Biblioteconomia (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

Na década de 70 a Biblioteconomia tomou novo impulso com a criação de seis Cursos de Mestrado, o surgimento de revistas especializadas e a expansão de oportunidades de emprego, principalmente junto aos órgãos federais, bibliotecas especializadas e universitárias. Os cursos de doutorado começaram a surgir durante a década de 80. Atualmente a classe bibliotecária encontra-se já consolidada em nível nacional, em processo de reconhecimento cada vez maior pela sociedade e com os seus órgãos de classe: Conselhos e Associações, implantados, organizados e com uma participação cada vez maior nas ações relacionadas com o MERCOSUL (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

A formação da identidade profissional do bibliotecário em seus primeiros anos está, inegavelmente, atrelada ao trabalho com bibliotecas. O histórico da formação das escolas de Biblioteconomia demonstra que, desde o início do século XX, havia uma preocupação por parte dos bibliotecários leigos (que atuavam na área sem curso superior) ou dos bibliotecários formados no exterior, em sistematizar os estudos biblioteconômicos e proliferar as escolas de Biblioteconomia pelo país para formar um corpo profissional capaz de atuar na área de documentação e bibliotecas. Nesse contexto surgiu o bibliotecário que deu voz a uma identidade voltada a suportes (livros, papéis,...) e acervos. No entanto, no desenvolvimento e na modernização das escolas de Biblioteconomia, na inserção das tecnologias de informação e comunicação, nas transformações no mundo do trabalho, um bibliotecário diferenciado insurge no século XXI, menos preocupado com o tecnicismo, com o zelo de acervos, menos exigente quanto ao silêncio, menos restrito à biblioteca. Sendo assim, a construção da identidade desse profissional dá mostras de um desenvolvimento acelerado, chegando mesmo a diferenciar-se da identidade outrora vivida.

As reflexões em torno da identidade profissional do bibliotecário têm gerado, nos últimos anos, confusão e ambigüidade, justamente porque por muito tempo o trabalho desse profissional esteve vinculado a bibliotecas e livros, como a própria denominação profissional sugere. No entanto, o advento das TICs surpreendeu o exercício profissional do bibliotecário causando uma verdadeira revolução na forma como desempenha suas atividades profissionais. Informatização de acervos, organização de informação na Internet, gestão de redes de sistemas de informação.

O entendimento mais racional é que nome profissional Bibliotecário admite que um papel social, o qual se define por um nome ou uma expressão, tem os atores concretos, sujeitos reais que os dinamizam e são esses sujeitos que vão inserir em suas preocupações, quando se torna historicamente necessário, a redefinição do conteúdo e do nome do papel que representam perante a sociedade. Além disso, a tematização do nome Profissional Bibliotecário, para discussão, foi inserido pela primeira vez em um CBBD, no vigésimo, realizado em Fortaleza no ano de 2002, em uma mesa de Debates e ali se propôs e foi acatada a recomendação de que este tema tivesse a ampliação de sua discussão pelo país. Desde então já ocorreram outros eventos que o abordaram. (SOUZA, 2004, p. 92)

Não é nossa intenção alongar a discussão acerca da denominação profissional, no entanto é praticamente impossível falar em identidade profissional sem analisarmos a denominação pela qual identificamos uma categoria:

Nome profissional designa identificação genérica socialmente atribuída a um conjunto de funções interrelacionadas executadas por pessoas que as adquirem como habilidades intelectuais e/ou operativas com base em preparação acadêmica ou por meio de treinamento e estágios de aprendizagem. As habilidades necessárias à execução de funções em dada sociedade e tempo são reescritas ou redefinidas por várias razões, dentre elas as novas descobertas científicas e as novas aplicações tecnológicas, por um lado, e por outro lado, as decisões econômicas e políticas. (SOUZA, 2004, p. 93)

A identidade de um grupo é dada pelas suas funções, pela capacidade na execução de algo, e pelo papel social que desempenha. A sociedade é composta por indivíduos que possuem atribuições diversas e desempenham, desta forma, os seus papéis sociais. Nesse contexto, o exercício profissional é a mais forte expressão desses papéis.

Sendo assim, nos deteremos na reflexão sobre o perfil do bibliotecário contemporâneo, como está sendo construída sua identidade profissional:

No caso dos profissionais da informação, focalizando mais especificamente os bibliotecários, em cuja sociedade da informação deveriam, em tese, ter um papel de destaque, observa-se, em vários textos, que sua identidade é difusa, seus contornos modificam-se paulatinamente e seus valores ainda se constroem. (WALTER, 2004, 289)

A tradição bibliotecária é milenar, há milhares de anos o homem vem tentando organizar, de forma sistemática, a informação. Inicialmente as bibliotecas eram identificadas como locais do silêncio e do sagrado, em função de terem surgido junto a mosteiros e igrejas.

Sendo assim, o bibliotecário era identificado como um guardião, um sábio que tinha o dever de zelar pelo conhecimento. Já na era moderna, a imagem do bibliotecário se modificou. E o surgimento das faculdades de Biblioteconomia e suas implicações históricas, que não poderemos aprofundar aqui, deram lugar para um perfil profissional predominantemente feminino, com características conservadoras, muitas vezes representados na literatura pela figura de uma mulher idosa, carrancuda e inacessível.

Sob o signo do paradigma informacional, novamente, o perfil profissional se altera, agora em função do uso intensivo dos recursos tecnológicos:

A construção e reconhecimento de valores podem ocorrer de diversas formas tanto espontâneas – ‘imitação’ de profissionais que estão em atuação e que indicam maneiras de atuar e de pensar a profissão – quanto decorrentes de normas regulamentares – como os códigos de ética e leis que regulamentam as profissões. De todo modo, as novas gerações embora incorporem aquilo que percebem, incluem novos olhares e paradigmas, especialmente por pertencerem à sociedade em que as tecnologias de comunicação e informação têm sido incorporadas, mesmo que de forma estratificada em decorrência das diferenças econômicas. (WALTER, p. 294-295)

Sendo assim, podemos constatar que as identidades profissionais não são estáticas, elas estão em constante transformação. Não basta obter um título acadêmico para investir na identidade bibliotecária, por exemplo; é necessária a convergência de interesses com os pares, semelhanças de atitudes profissionais, capacidades técnicas afins, entre outros recursos:

Nesse complexo comunicativo, relacional, interativo, em que o exercício de uma atuação profissional suporta a busca do sentido desejado por cada pessoa, os portadores do papel social de bibliotecário têm uma ampla demanda e uma intensa participação, sobretudo se for considerado que o papel social de bibliotecário carrega a expressão de duas missões básicas: a) Conhecer e utilizar os meios que levam a localização de qualquer fonte de informação cujo conteúdo possa a qualquer momento ser pedido por qualquer pessoa; b) produzir informação sintética, descritiva e analítica de todo o acervo físico, ou não, que constituído pelo conjunto de todas as fontes conhecidas tenha conteúdo que possa a qualquer momento ser pedido por qualquer pessoa. É a capacidade operativa do papel social de bibliotecário em atender a essas duas missões, cumulativa e simultaneamente, que faz com que as pessoas que são bibliotecárias sejam reconhecidas como prestadoras de serviços relevantes. (SOUZA, 2004, p. 101)

As mudanças organizacionais, paradigmáticas e sociais modificam as identidades profissionais, pois novos ambientes de interatividade são formados, novas exigências requeridas, e o mercado profissional se altera. Essas mudanças refletem-se nas novas

habilidades que o profissional tem de adquirir, em uma nova atitude e comportamento diferenciado. Dessa forma os profissionais geram, eles mesmos, um redimensionamento de sua identidade profissional.

3.3.2 O papel das entidades de classe na construção da identidade profissional do bibliotecário

Em 1962, a profissão de bibliotecário foi regulamentada. Souza (2004) afirma que na experiência profissional brasileira, grupos de pessoas portadoras de certas ocupações ou profissões, sobretudo após o governo Vargas, demandaram e muitas obtiveram do estado, pela conquista de legislação própria, o credenciamento de seus papéis como de exclusivo exercício por quem estivesse registrado nas entidades previstas na respectiva carta legal, materializadas institucionalmente como conselhos profissionais ou sindicatos de trabalhadores conforme o caso.

Foi nesse contexto que surgiram as entidades de classe representativas da profissão de bibliotecário – cujo reconhecimento confirma a profissão de bibliotecário - o Conselho Federal de Biblioteconomia, com sede em Brasília/DF, é representado nos estados pelos conselhos regionais e a FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários), com sede em São Paulo, representada nos estados pelas associações de bibliotecários, os conselhos, tendo em vista a fiscalização do exercício e da ética profissional, a proteção legal do bibliotecário, entre outras atribuições. Já as associações são fóruns permanentes de atualização, qualificação e discussão acerca dos rumos profissionais, dos interesses e ideais biblioteconômicos (entre outras atribuições).

O Conselho Federal de Biblioteconomia começou a se formar na década de 50, quando algumas bibliotecárias brasileiras lideradas pela dinâmica figura de Laura Garcia Moreno Russo, de São Paulo, iniciaram os esforços para ver a Biblioteconomia oficialmente reconhecida junto aos poderes públicos e junto à sociedade brasileira. A primeira vitória veio em 1958, com a Portaria nº 162 do MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social, através da qual a profissão de bibliotecário foi regulamentada no Serviço Público Federal,

tendo sido incluída no 19º Grupo das profissões liberais (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

Em 1962 foi aprovada a Lei nº 4084, que regula, até hoje, o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil e estabelece as prerrogativas dos portadores de diploma em biblioteconomia no país. O artigo 3º dessa lei, que tratava do provimento e exercício de cargos técnicos por bibliotecários, teve nova redação na Lei nº 7504, de 1985, compatibilizando-o com as exigências da classe. Ainda em 1962, outro importante fato aconteceu; a Resolução nº 3261 do Conselho Federal de Educação estabeleceu o currículo mínimo para o ensino da Biblioteconomia, fixando a duração do curso em 3 anos e em 12 o número de disciplinas obrigatórias a serem ministradas (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

A regulamentação da Lei nº 4084 veio através do Decreto nº 56725, de 1962 que, entre outras coisas, possibilitou a instalação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, alguns anos depois, pelas mãos das mesmas bibliotecárias que conseguiram a aprovação da Lei do Bibliotecário. Assim, em 22 de outubro de 1965, através da Portaria nº 585 do MTPS (Ministério do Trabalho e Previdência Social), foi instituído o Grupo de Trabalho para coordenar a realização da eleição da primeira Diretoria do CFB. Esse Grupo de Trabalho era formado por Péricles de Faria M. Carvalho, representante do MTPS e pelos bibliotecários: Nair Fortes Abu-Mehri, Francisco Luna de Albuquerque, Antonio Caetano Dias, Maria Alice de Toledo Leite e Laura Garcia Moreno Russo (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

A data para a realização da eleição dos membros do CFB foi marcada para o dia 16 de dezembro de 1965, no Auditório do MTPS, no Rio de Janeiro, através da Portaria nº 675 de 1965, do mesmo Ministério, a qual estabeleceu também a cidade de São Paulo, como sede provisória do CFB. Essa Portaria nº 675 do MTPS foi complementada por outra, a de nº 761, também de 1965 e do mesmo Ministério, a qual ditava instruções explícitas para a realização da eleição de 1ª Gestão do CFB e da sua Diretoria e que seus membros deveriam tomar posse até 15 dias após a homologação da eleição pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Conforme o estabelecido, a eleição aconteceu no Auditório do MTPS, no Rio de Janeiro no dia 16 de dezembro de 1965, tendo sido indicada, como 1ª Presidente, por unanimidade, a Sra. Laura Garcia Moreno Russo, que foi nomeada, por Decreto Federal, em 28 de fevereiro de 1966 (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

A 1ª Gestão do CFB, para o triênio 1966 - 69 foi empossada no dia 16 de março de 1966, no Rio de Janeiro, no Ministério do Trabalho, e ficou assim constituída:

Presidente: Laura Garcia Moreno Russo(SP)

1ª Secretária: Alice Camargo Guarnieri (SP)

2ª Secretária: Maria Dorothea Barbosa (PR)

Tesoureira: Heloisa de Almeida Prado (SP)

Conselheiras efetivas: Marcelina Dantas (PR), Lourdes Gregol (RS), Adélia Leite Coelho (DF), Cordélia Robalinho Cavalcanti (DF), Lydia de Queiroz Sambaqui (RJ), Etelvina Lima (MG), Eurydice Pires de Sant´Anna (BA) e Ivanilda Fernandes da Costa (PE).

Suplentes: Ida Brandão de Sá Pessoa (PE), Ruth Versiani Moreira (MG) e Mercedes Jesus T. Forti (SP).

Na sessão de posse dos membros dessa 1ª gestão do CFB, além das autoridades, dela participaram ilustres bibliotecários da época, como Maria Antonieta Ferraz, Presidente da APB; Cacilda Basílio de S. Reis, do INL/SP; Alfredo A. Hamar, da Escola de Biblioteconomia de São Carlos; Maria Antônia R. B. Mattos, da Faculdade de Biblioteconomia da PUCCAMP; Felisbela L. de Mattos Carneiro, da Escola de Biblioteconomia da Bahia; Laila Haddad, da Associação de Bibliotecários de São Carlos; Guiomar P. da Fonseca, da APB e Elza Lyrio Mello, da FEBAB (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

Nessa ocasião, após o discurso memorável de Laura Russo, o qual se encontra, na íntegra, nas Atas de Eleição e Posse do CFB, a Presidente da APB, Maria Antonieta Ferraz, solicitou que o primeiro CRB a ser instalado fosse o de São Paulo, por ser a Associação Paulista de Bibliotecários a mais antiga do país, fundada em 1938, tendo sido Rubens Borba de Moraes seu primeiro presidente. Esse pedido foi atendido por Laura Russo, em setembro de 1966, quando os Conselhos Regionais começaram a ser instalados (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

A Diretoria do CFB marcou sua primeira reunião para o dia 30 de abril de 1966. As reuniões da Diretoria eram normalmente realizadas na Biblioteca Municipal de São Paulo e tinham a presença constante das três bibliotecárias paulistas: Laura Russo, Alice C. Guarnieri e Heloisa de Almeida Prado. A 2ª Secretária Maria Dorothea Barbosa participava esporadicamente, pois morava em Curitiba. O primeiro assunto discutido nessa Reunião do dia 30 de abril foi um modelo de ficha de identidade profissional, com a finalidade de se cadastrar

os bibliotecários brasileiros. Para se registrar no Conselho Regional, o profissional deveria preencher cinco fichas, apresentar o diploma de biblioteconomia registrado no MEC, cinco fotos 3x4, certificado de reservista, para os homens, e pagar a taxa de inscrição (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

A primeira Reunião Plenária do CFB aconteceu em São Paulo, no auditório do SADEC, de 11 a 13 de julho de 1966, com a presença das Conselheiras recém-eleitas. Nas diversas Sessões dessa Reunião Plenária, foram discutidas e aprovadas as primeiras Resoluções: nº 1, que dispõe sobre a posse da 1ª gestão do CFB, para o triênio 1966 - 69; nº 2, que continha o primeiro Regimento Interno do CFB; nº 3, que dispunha sobre as taxas e anuidades a serem cobradas pelos Conselhos Regionais, relativas ao exercício de 1966; nº 4, que criava os dez primeiros Conselhos Regionais; nº 5, que trazia o primeiro Código de Ética Profissional e a Resolução nº 6, trazendo o juramento Profissional, que até hoje é proferido pelos formandos na cerimônia de formatura (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

Na última sessão dessa reunião plenária do CFB, no dia 13 de julho de 1966, foi discutido o anteprojeto de criação da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação - ABEBD, oficializada tempos depois. Conforme o prometido, a instalação do primeiro Conselho Regional, o CRB-8, de São Paulo, foi decidida na Reunião da Diretoria do CFB, realizada no dia 18 de agosto de 1966, com a presença de todos os Presidentes ou representantes das Associações de Bibliotecários do Estado de São Paulo, incluindo a FEBAB, com convite extensivo a toda a classe bibliotecária de São Paulo (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

A primeira Presidente do CRB-8, e, conseqüentemente, primeira Presidente de CRB, no Brasil, foi a bibliotecária Maria Antônia R. P. Belfort de Mattos, que, juntamente com os demais membros eleitos, tomaram posse no Auditório da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, no dia 20 de setembro de 1966. A primeira Sede do CRB-8 foi uma sala cedida pela APB, na Avenida Ipiranga, 877, em São Paulo; no final do ano de 1969, o CRB-8 comprou essa sala da APB. A classe bibliotecária em São Paulo, sempre foi muito florescente. Em 1967 o CRB-8 já tinha inscrito 508 profissionais e 236 bibliotecas e ao completar 25 anos, em 1991, o CRB-8 tinha 5.252 profissionais inscritos e 2.963 bibliotecas do Estado registradas. Os membros do CRB-8, inicialmente, não recebiam jeton pelas reuniões assistidas; seu trabalho

era considerado “serviço relevante à sociedade” (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

A partir dessa data, 20 de setembro de 1966, os demais Conselhos Regionais, em número de 10, criados pela Resolução nº 4 do CFB, foram sendo organizados e implantados, nos diversos Estados brasileiros. Esses Conselhos eram os seguintes:

CRB-1: DF, GO, MT, AC e Território de Rondônia;

CRB-2: PA, AM e Territórios de Amapá e Roraima;

CRB-3: CE, PI, MA;

CRB-4: PE, PB, RN e Território Fernando de Noronha;

CRB-5: BA, SE, AL;

CRB-6: MG;

CRB-7: RJ, ES;

CRB-8: SP;

CRB-9: PR, SC;

CRB-10: RS.

Os outros Conselhos Regionais foram criados posteriormente. O CRB-11 desmembrou-se do CRB-2, e possui jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima; O CRB-12 separou-se do CRB-7, ficando sua jurisdição só no Estado do Espírito Santo. O CRB-13 desmembrou-se do CRB-3 e possui jurisdição só no Estado do Maranhão; e, por último, o CRB-14, com jurisdição só no Estado de Santa Catarina, desmembrou-se do CRB-9. Este último, o CRB-14 foi criado aos 28 de julho de 1984 e instalado no dia 4 de outubro desse mesmo ano (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

A partir de outubro de 1967, a Presidente do CFB, Laura Russo, iniciou uma série de visitas com vistoria completa nos Conselhos Regionais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 10, levando em consideração 17 itens, relacionados nas Atas de Reuniões da Diretoria, 1966-68. Durante o ano de 1968 as reuniões da Diretoria do CFB passaram a acontecer na Sede da FEBAB, Rua Avanhandava, nº 40, que aos dez de fevereiro de 1968, foi inaugurada oficialmente. Desde esse ano de 1968 o CFB e os Conselhos Regionais passaram a fiscalizar também a indicação de chefes de Bibliotecas e Centros de Documentação, para que cargos como esses e similares fossem ocupados por bacharéis em biblioteconomia. No final desse mesmo ano, a Presidente

do CFB, Laura Russo, foi escolhida, por unanimidade, como a bibliotecária do ano (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

Conforme previa o Regimento Interno do CFB, aprovado na 1ª Reunião Plenária, em julho de 1966, a dinâmica para se eleger os membros do CFB era a seguinte: bibliotecários de todo o país inscreviam-se particularmente e cada Escola ou Curso de Biblioteconomia indicavam até três nomes de professores. A Comissão Eleitoral, instituída pelo CFB, examinava as inscrições e as indicações, homologando ou não cada uma delas. No dia da votação, entre os bibliotecários inscritos eram eleitos 10, sendo apenas um para cada CRB. Os sete primeiros eram considerados membros efetivos, enquanto os outros três ficavam como suplentes. Os outros sete membros efetivos eram sorteados entre os nomes dos professores indicados por suas Escolas, sendo também um só para cada Escola ou Curso de Biblioteconomia. Essa dinâmica passou a funcionar já na 2ª Gestão do CFB, para o triênio 1969 – 71 (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

A partir da 2ª gestão, o CFB começou a funcionar em Brasília, conforme mandava a Portaria nº 675 do MTPS, coincidência ou não, o único representante do DF, Antônio Agenor Briquet de Lemos, Professor do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UnB, foi sorteado como membro efetivo, ficando também entre os três nomes escolhidos para compor a lista tríplice a ser enviada ao Presidente da República, para que um nome fosse escolhido como Presidente do CFB. Pouco tempo depois o Prof. Briquet de Lemos foi nomeado Presidente do CFB, e a posse dos membros da 2ª Gestão aconteceu no dia 31 de março de 1969, em solenidade realizada na Biblioteca Central da UnB, em Brasília, perante o representante do Ministro do Trabalho, na época o Sr. Jarbas Passarinho e com a presença também de Laura Russo, que, após a solenidade, passou às mãos do Prof. Briquet de Lemos, algumas caixas de arquivo, contendo os assuntos referentes ao CFB (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

Não tendo disponibilidade financeira para alugar uma sala, a primeira sede do CFB, em Brasília, foi mesmo o próprio Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UnB, onde ficou apenas alguns meses, tendo que sair de lá, por motivos políticos. Para ajudar na organização do CFB, em Brasília, e não contando com os outros membros da Diretoria, que pertenciam a outros Estados, o Presidente do CFB contratou um ex-funcionário da BCE, o Sr. Washington, que tinha sido demitido da UnB, sob a alegação de atitudes comunistas. Assim, o

Reitor da UnB, na época, o Cel. José Carlos de Azevedo, sabendo que o ex-funcionário, acima citado, estava trabalhando no CFB, que funcionava no Departamento de Biblioteconomia, chamou o Prof. Briquet de Lemos e exigiu que o ex-funcionário fosse novamente demitido. Como o Prof. Briquet de Lemos não acatou esse pedido, no dia seguinte alugou a sala 211 no Edifício Márcia, Setor Comercial Sul, para onde transferiu o CFB e o seu primeiro funcionário. Nessa sala o CFB funcionou até 1979. (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

Apesar de todas as dificuldades em manter o CFB em Brasília, a 2ª gestão iniciou o cadastramento manual dos bibliotecários brasileiros, trabalho esse continuado nas gestões seguintes (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

Deve-se ao bibliotecário Sebastião de Souza professor da UNB, inscrito no CRB1, conselheiro da 10ª gestão a elaboração do texto que relata os fatos históricos acima descritos (e que estão disponíveis no site do Conselho Federal de Biblioteconomia) até o ano de 1997. Após essa data o texto passou a ser elaborado pela Comissão de Memória do CFB.

Em março de 1997 a bibliotecária inscrita como número 001 no CRB-8, pediu cancelamento de sua inscrição, que por motivos de saúde não estava podendo mais exercer a profissão. Seu nome: Laura Garcia Moreno Russo, que veio a falecer no ano de 2000. Esta profissional se tornou um dos ícones da Biblioteconomia no Brasil. Nesses 40 anos de atividades o CFB elaborou e aprovou 532 resoluções regulamentando os mais diversos aspectos das atividades profissionais do bibliotecário. Dessas resoluções estão em vigor apenas 119, tendo sido as outras revogadas. Essa supressão é natural, pois retrata a atualização necessária em toda organização. (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008).

Atualmente estão em atividade os seguintes Conselhos Regionais: CRB1 - Com sede no Distrito Federal e jurisdição nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; CRB2 - Pará, Amapá e Tocantins; CRB3 - Ceará e Piauí; CRB4 - Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Pernambuco; CRB5 - Bahia e Sergipe; CRB6 - Minas Gerais; CRB7- Rio de Janeiro; CRB8 - São Paulo; CRB9 – Paraná; CRB10 - Rio Grande do Sul; CRB11 - Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima; CRB12 - Espírito Santo; CRB13 – Maranhão; CRB14: Santa Catarina.

Já a FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) possui sede e foro na cidade de São Paulo, foi fundada em 1959, trata-se de uma sociedade civil sem fins

lucrativos. É constituída por entidades-membro - associações e sindicatos de bibliotecários e cientistas da informação, instituições filiadas e pelos órgãos: deliberativos - Assembléia Geral e Conselho Diretor; executivo – Diretoria Executiva; de fiscalização – Conselho Fiscal; de assessoria – Comissões Brasileiras e Assessorias Especiais. (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, 2008).

Desde o seu nascimento a FEBAB tem como principal missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão. Tem como objetivos congregar as entidades para tornarem-se membros e instituições filiadas; coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas e seus profissionais; apoiar as atividades de seus filiados e dos profissionais associados; atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades de Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas correlatas brasileiras; interagir com as instituições internacionais da área de informação; desenvolver e apoiar projetos na área, visando o aprimoramento das bibliotecas e dos profissionais; contribuir para a criação e desenvolvimento dos trabalhos das comissões e grupos de áreas especializadas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, 2008).

Atualmente, as associações filiadas à FEBAB são: Associação Profissional de Bibliotecários do Amazonas; Associação dos Bibliotecários do Ceará; Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal; Associação Profissional dos Bibliotecários de Goiás; Associação Profissional de Bibliotecários do Maranhão; Associação de Bibliotecários do Mato Grosso do Sul; Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais; Associação Paraense de Bibliotecários; Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba; Associação Bibliotecária do Paraná; Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco; Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí; Associação Profissional de Bibliotecários do Rio Grande do Norte; Associação Riograndense de Bibliotecários; Associação Catarinense de Bibliotecários; Associação Paulista de Bibliotecários; Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo; Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe.

Essas entidades de classe possuem um caráter formador de opinião e congregam os profissionais através do poder atribuído a elas pelo governo e pelos próprios bibliotecários que contribuem financeiramente com elas através do pagamento de anuidades, obrigatória (no caso dos conselhos) e opcional (no caso das associações). A importância desses órgãos na

construção da identidade profissional se dá em função da sua inserção social e dos recursos financeiros de que dispõem para promover publicamente a categoria que representam, seja através de propagandas na mídia (muito comuns em época comemorativa ao dia da profissão, no caso “Dia do Bibliotecário”), seja através da fiscalização e autuação de instituições que deveriam contratar o profissional e não o fazem.

A conduta dos conselhos é, por vezes, questionada em sua essência fiscalizadora do cumprimento legal de contratação do profissional por organizações que tentam driblar a lei. Muitas vezes, ao invés de impor legalmente a contratação de um bibliotecário, o conselho deveria fazer uma conscientização séria sobre as atribuições e qualificações do profissional, que, ainda hoje, não são claras para boa parte da sociedade:

A discussão acerca do perfil profissional dos bibliotecários e profissionais da informação não é pequena, não é recente e não é doméstica. Falar sobre identidades e valores implica em reconhecer semelhanças, mas pode servir, sobretudo como fator de mudanças pela consciência que os grupos podem ter de que a humanidade provavelmente espera que atitudes e identidades sejam alteradas de tal forma que aquela profissão subsista e possa ser reconhecida socialmente como necessária, não pelo discurso, mas pelas práticas oferecidas por ela a essa sociedade. (WALTER, 2004, p. 295-296)

Controvérsias à parte, as entidades de classe lutam para que a realização de serviços biblioteconômicos seja efetuada por pessoas habilitadas, e são a elas que os bibliotecários podem recorrer, pois foram criadas por iniciativa e demanda dos próprios bibliotecários: são mais de quarenta anos de regulamentação e que devem ser levados em consideração.

3.4 As Representações Sociais e os Estudos de Identidade

Representar é dar significado, compartilhar sentido e práticas, ter idéias e concepções semelhantes, ter unidade de pensamento conforme a situação e as diferentes manifestações. Por vezes, no entanto, o conceito de representações sociais torna-se fugidio, instável. Sobre isso França (2004, p.18) escreve:

[. . .] quando falamos de representação, não falamos de algo claro, objetivo e identificável, mas, ao contrário, de um fenômeno que, na sua dupla natureza (instauração de sentidos, inscrição material), sofre permanentes alterações tanto na sua dimensão simbólica quanto nas suas formas concretas de manifestação (aparição sensível).

As representações sociais tiveram sua origem nos estudos de Durkheim, que, em 1898, deu início aos estudos sobre “Representações Coletivas”, escrevera Durkheim (1975, p. 38): “As representações que são a trama da vida social originam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos assim combinados ou entre grupos secundários que se intercalam entre o indivíduo e a sociedade total.” Mais tarde, o romeno Serge Moscovici em sua obra “A representação social da psicanálise” utilizou o termo representações sociais:

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos corresponde, a uma prática científica ou mítica (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

As representações sociais não são fixas, invariáveis. Ao contrário, são organismos dinâmicos, em constante mutação, evoluem conforme evoluem os grupos, retrocede também conforme eles. Estão sujeitas a interferências do ambiente socioeconômico, cultural, sujeitas ao tempo e ao espaço.

Segundo Rouquette (2000, p. 39):

[. . .] o que pensamos depende daquilo que fazemos (ou mais exatamente, aquilo que se vem pensar depende daquilo que se fez, ou se foi levado a fazer anteriormente), e aquilo que fazemos em um dado momento, depende daquilo que pensamos então, ou daquilo que pensamos anteriormente. [...] Dito de outra forma, se as representações se modificam, as práticas também se transformam, e reciprocamente.

A apreensão do real, a apropriação feita pelo indivíduo do que ele vê, ouve, sente, pensa o mundo e tudo que o circunda, os sujeitos e objetos que constituem a realidade vivida por ele, a esta construção de significados chamamos representações sociais.

As representações sociais estão intimamente ligadas às práticas. Sobre esse assunto Rouquette (2000) afirma que o conceito “práticas” abrange ao menos dois aspectos, eventualmente confundidos: a realização de uma ação e a frequência dessa realização. Colocamos em oposição de um lado, a concretização à simples intenção, o gesto ao pensamento, e de outro o hábito, ou ao menos a banalidade relativa, à raridade, talvez à novidade radical.

Os conteúdos apreendidos das práticas rotineiras e o comportamento social definem uma série de padrões de conduta do indivíduo, representados através da uniformidade de ação do grupo no qual ele se enquadra. A imagem da sociedade que está inscrita no imaginário social do homem, esse registro pessoal de significação, que, por sua vez, encontra-se em muitas pessoas, em uma espécie de compartilhamento, de socialização simbólica, nada mais é do que a realidade comum a todos os membros de uma comunidade.

A prática cotidiana de determinado grupo é herdada de modelos que o precederam, e será deixada para outros indivíduos que comporão o grupo no futuro, sem ignorar as modificações comuns da evolução e o dinamismo das relações sociais. O ser humano desenvolve sua identidade levando em consideração as representações sociais que possuem de si mesmos e do grupo ao qual pertencem, assim como do “nós” em detrimento a “eles”.

Bourdieu (1989), por sua vez, analisa os sistemas simbólicos, a construção de sentidos, os sistemas de representação, inclusive no tocante a identidade, quando afirma:

Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como ‘nós’ por oposição a ‘eles’ aos ‘outros’ a ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade. (BOURDIEU, 1989, p.124).

Ainda, segundo Bourdieu (1989) é na luta pelos critérios de avaliação legítima que os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo. Portanto, para o autor, o sistema simbólico está intrinsecamente ligado ao sentimento de pertença do indivíduo, nas práticas de um grupo que se une tendo em vista condutas, rotinas e objetivos comuns. Ele afirma: “O poder sobre o grupo que se trata de trazer a existência enquanto grupo

é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade.” (Bourdieu, 1989, p. 116).

Os grupos com os quais um indivíduo interage podem ser diversos, mas algo há em cada um dos grupos que faz com que o sujeito se identifique com ele e o reconheça. Portanto, através das representações sociais, pessoas podem identificar-se, unir-se, ou rejeitar-se, desprezar-se. Quando há a identificação, as pessoas unem-se formando grupos em que se sentem partícipes, quando há a rejeição de certas representações as pessoas afastam-se, pois não há identificação com aquilo que é estranho ou desprezível para a pessoa que representa.

O *habitus*, conceito elaborado por Bourdieu, e já esclarecido no capítulo 3 (As identidades sociais de que se revestem os indivíduos e os grupos), é segundo Domingos Sobrinho (2000, p. 120): “[. . .] uma dimensão fundamental a ser apreendida no processo de construção das representações sociais, sobretudo quando se trata de compreender as particularidades que envolvem as diferentes “leituras” de objetos socialmente compartilhados (o amor, o sexo, a educação, o espaço social etc.)” (grifos do autor)

Domingos Sobrinho (2000) aprofunda o estudo de *habitus*, identidade e representações sociais, propostos por Bourdieu e afirma: “É, portanto, a partir da construção das representações dos diferentes objetos em disputa dentro de um campo particular do espaço social, que um determinado grupo vai construindo os traços distintivos de sua identidade.”

Segundo Ezequiel e Somzogo (2006, p. 115):

A nossa identidade é algo que construímos ao longo de nossa vida e o fazemos através das relações sociais que estabelecemos e da maneira como assimilamos o que é real, que é certo, o quê e como queremos ser. Portanto estamos em constante observação e imitamos aquilo que aprovamos e rejeitamos o que repugnamos.

O indivíduo é produto da sociedade, mas também é agente construtor dela, através de suas representações sociais e da forma como as passa aos outros, que, por sua vez, se apropriarão dela também ou a rejeitarão. Todas as pessoas carregam uma bagagem representacional, que foi formada através de signos, conceitos, utilizando-se de sistemas representacionais pré-concebidos e da mediação da linguagem, nesse caso os aspectos cognitivos que influenciam a formação das representações.

É através do sistema simbólico construído pelos indivíduos componentes do grupo que se forma a identidade, esta que se manifesta nas semelhanças entre seus membros e na diferença com outros grupos que possuem seus próprios sistemas de representação através do imaginário de seus membros.

Chartier (1990) estuda o campo das representações do mundo social como um campo de luta, de concorrências e de competições. Segundo ele, os desafios se enunciam em termos de poder e dominação:

A história cultural, tal como a entendemos tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam o mundo social como categorias de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoantes às classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço decifrado. (CHARTIER, 1990, p. 16-17)

A observação dos fenômenos, a conceituação dos objetos, são formas de construção do real através de sistemas de representação social, os indivíduos utilizam-se dessas representações para juntarem-se em grupos. Mas há diferenças na compreensão de mundo, há diferenças na interpretação de fenômenos, por isso na ribalta das discussões sobre identidade estão as identidades culturais. Por sua natureza sensível às modificações sócio-culturais mundiais, ao impacto das tecnologias, algumas identidades culturais correm o risco do aniquilamento, pois a hibridização cultural é uma realidade inquestionável dos tempos atuais, chamando atenção das minorias étnicas no sentido de reforçarem suas raízes e manterem suas tradições, para não serem definitivamente extintas.

3.5 Paradigma informacional e representações sociais da identidade profissional dos bibliotecários

O paradigma informacional advindo com as tecnologias de informação e comunicação constitui-se como um modelo de sociedade fortemente influenciado pela produção, aquisição e consumo de informação. Tem em seu centro o conhecimento como a maior fonte de poder. É fruto da alteração dos ambientes organizacionais, das modificações na prestação de produtos e serviços, é um progresso social sem precedentes, que alia tecnologias óticas, eletrônicas, de comunicação e de multimídia, gerando e processando um número infindável de informações, e por sua vez, exigindo do mercado profissionais aptos a utilizarem e otimizarem esses recursos tecnológicos.

Sem dúvida, uma das profissões que sofre maior influência do paradigma informacional é a de bibliotecário, uma vez que tem na informação a matéria-prima de seu trabalho. No entanto a influência não quer dizer, necessariamente, que a profissão esteja sendo revolucionada. Souza (2004, p. 102-103) questiona:

[. . .] que futuro pessoal pode-se ter como um portador de um papel profissional que se redesenha tão profundamente que não parece vir a ser no futuro semelhante ao que sempre parecera ser? É na resposta a esta questão que parece situar-se a chave deste caminho analítico. Exceto pela intensificação operacional dada pelo uso progressivamente intenso das recentes tecnologias de Informação e Comunicação – que devem ser absorvidas como um domínio instrumental qualificado para as operações mecânicas do agir profissional das pessoas bibliotecárias – a essência, a motivação mais interior dessas pessoas, o que as faz irem em busca do domínio dos conhecimentos para o exercício desse papel profissional, parece cristalinamente imutável. Pode-se afirmar que o núcleo central que define o papel do bibliotecário, que é dado pelas missões básicas acima referidas, permanece e permanecerá imutável.

O paradigma informacional altera instrumentos, meios, suportes, mas a prática profissional, a motivação do profissional da área permanece igual. Levando em consideração a afirmação de Souza (2004), se a essência do bibliotecário permanece a mesma, sua identidade, ao longo dos anos, terá sido modificada? Haverá algum tipo de redimensionamento dessa identidade, uma vez que o paradigma informacional trouxe outros elementos de trabalho e de visão de mundo para a área da Biblioteconomia?

No estudo de Morigi e Silva (2005), onde foram analisadas as representações sociais dos bibliotecários atuantes em bibliotecas universitárias (Porto Alegre e região metropolitana) acerca do seu perfil e suas práticas na sociedade da informação, constatou-se que as mudanças na forma dos bibliotecários encararem seu perfil, sua auto-imagem e suas práticas estão

intimamente relacionadas com as transformações em curso impostas pelo contexto e pelo estatuto que caracteriza o paradigma tecnológico. Tais modificações nas representações dos bibliotecários estudados dependem e envolvem diversos elementos que fazem parte do cenário onde atuam tais profissionais. Assim, a competência técnica, as novas habilidades e linguagens utilizadas pelos profissionais no seu fazer cotidiano interferem nos processos interativos do profissional com os usuários da informação. Por outro lado, dão uma nova visibilidade social à profissão e às suas práticas. Ainda, constataram nas representações sociais a existência de tensões, resultado das articulações, das concorrências e das competições que se estabelecem na arena social. Tensões que surgem com outras profissões no embate entre diferentes interesses que se manifestam na ideologia dos discursos proferidos, de acordo com as relações de poder e a posição que determinados grupos ocupam no seio da própria profissão. Para os autores o resultado desse processo se reflete nas ações dos bibliotecários e na interação com os usuários, alterando a forma de ver a própria dinâmica baseada na triangulação bibliotecário – tecnologia - usuário. Por fim indagam: “[. . .] nas novas representações sociais dos bibliotecários estariam os germes do rompimento da visão ‘tradicional’ de biblioteca, fomentando a construção de uma nova identidade social desses profissionais?”(MORIGI; SILVA, 2005, p. 11)

Foi a crença na formação desta nova identidade bibliotecária que motivou este trabalho. A identidade profissional dos bibliotecários, tendo em vista as representações sociais traduzirá as aspirações, interesses e posições do grupo no paradigma informacional. Segundo Cunha, Ribeiro e Oliveira (2001, p. 4):

As estruturas definidas pelas representações não são dados objetivos; são todas elas historicamente produzidas pelas práticas articuladas quer sejam sociais, políticas ou discursivas que constroem as suas figuras. Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de divisões e ordenamento ao mesmo tempo em que são práticas de apropriação cultural e têm suas determinações sociais. Dentre essas determinações encontramos algumas metáforas que tentam definir ou construir uma representação social do fazer biblioteconômico como marca do profissional, por meio de expressões já consagradas de si para si como: o guardião do saber, intermediário/interface do conhecimento, intermediário/interface da informação.

Partindo da análise das representações sociais, pretende-se perceber quais elementos do paradigma tecnológico ajudam a construir a “nova” identidade profissional bibliotecária, tendo

em vista as modificações preconizadas pelo paradigma informacional, as modificações no mundo do trabalho e a evolução do próprio profissional de Biblioteconomia.

4 O CAMINHO INVESTIGATIVO

O trabalho aqui apresentado é um estudo de natureza qualitativa com amostra intencional (dirigentes de entidades de classe representativas da profissão de bibliotecário). Utilizou-se o método de análise documental (materiais constantes nos sites e em livros, periódicos, etc.) e de narrativas, buscando verificar as percepções e a produção de sentido da prática bibliotecária, bem como sua identidade profissional através dos relatos dos dirigentes de entidades representativas da profissão, confrontando tais representações com estudos já existentes. Segundo Gancho (2004, p. 55): “[. . .] Provavelmente o ponto de partida são as primeiras impressões. O importante é que, independentemente da opinião ser ou não favorável, deve-se sustentá-la com argumentos lógicos e com dados tirados do texto.”

Para o estudo das representações sociais acerca da construção da identidade profissional do bibliotecário, analisou-se o conteúdo dos relatos, aqui entendidos como narrativas, as semelhanças e diferenças na forma de perceber a profissão, o processo de construção identitária pelo qual eles percebem que os profissionais estão passando. Em outra perspectiva, afirma Motta (2004, p. 6): “Narrar é, portanto, relatar processos de mudança, processos de alteração e de sucessão inter-relacionados.”

Rouquette (2000) comenta que, de forma geral, chamamos mudança à passagem de uma modalidade a outra por uma dada variável. Para o autor, segundo a dimensão temporal (a sucessão) intervenha ou não como suporte de manifestação da mudança, conviria distinguir duas formas de variação: mudança em diacronia e mudança em sincronia. Dizendo ainda de outra forma, diferenças de representações e/ou de práticas em um mesmo grupo em momentos diferentes, ou diferenças de representações e/ou de práticas entre dois grupos ao menos, em um dado momento. São dois problemas diversos: o primeiro é aquele da dinâmica sócio-cognitiva, percebida evolutivamente, por definição; o segundo aquele da diferenciação social e cognitiva percebida imediatamente. Nada impede, ao contrário, de combinar os dois pontos de vista interessando-se pela diferenciação social das dinâmicas.

O fato de termos partido do princípio de que está se processando uma mudança na identidade profissional do bibliotecário torna necessário um estudo das representações sociais atuais sobre a construção dessa identidade. Levando-se em consideração a questão do poder simbólico proposto por Bourdieu (1989), escolhemos como nosso foco de estudo os membros

das entidades de classe, representadas por Conselhos e Associações de bibliotecários. Essas pessoas foram escolhidas porque, além de exercerem a profissão, também atuam nesses órgãos fiscalizando, orientando e gerindo outros profissionais da área, ou seja, exercendo “poder” sobre a profissão. Eles são os representantes legítimos dos bibliotecários e estão autorizados, perante a lei, a expressar opiniões, juízos e pareceres em tudo que diz respeito àquilo que é determinado pelo exercício legal da profissão.

O questionário foi elaborado tendo em vista colher os depoimentos de dirigentes do país inteiro (um representante de cada entidade), captando, assim, as representações sociais dos dirigentes das mais diversas partes do Brasil. Para tal, o questionário foi enviado a todos os Conselhos Regionais de Biblioteconomia do país (CRB1, CRB2, CRB3, CRB4, CRB5, CRB6, CRB7, CRB8, CRB9, CRB10, CRB11, CRB12, CRB13, CRB14), além do conselho federal, e para 5 associações de bibliotecários, além da FEBAB, solicitando que ao menos um membro de cada entidade respondesse o questionário.

As entidades cujos membros responderam ao questionário foram: CRB10 (Rio Grande do Sul), CRB9 (Paraná), CRB8 (São Paulo), CRB12 (Espírito Santo), 3 representantes do CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia), ACB (Associação Catarinense de Bibliotecários). Oito questionários foram, portanto, recebidos de volta.

Levando em consideração que os questionários foram enviados por correio eletrônico, é possível que alguns tenham se perdido. De qualquer forma, todas as instituições foram contatadas por telefone antes do envio para assegurar a relevância do estudo e a importância do retorno das respostas, além do instrumento ter sido enviado duas vezes por correio eletrônico. Infelizmente, mesmo assim, o número de questionários retornados foi bem abaixo do esperado.

Em função dos questionários recebidos serem todos do sul e do sudeste, o estudo acabou se restringindo a apresentação de informações de realidades sociais destas regiões, consideradas “mais elitizadas”, uma vez que o índice de desenvolvimento dessas regiões é maior que outras regiões do país. De qualquer forma, o fato de três membros do Conselho Federal de Biblioteconomia (e que, portanto, possuem uma visão nacional da profissão), terem respondido o questionário, nos ajudou a perceber de que forma a questão da identidade profissional do bibliotecário brasileiro vem sendo tratada.

Dos 8 questionários recebidos, dois foram respondidos por homens e seis por mulheres; 3 por presidentes, 2 por vice-presidentes e 3 por conselheiros. No final de cada questionário havia um pedido de autorização para uso do nome real dos pesquisados, no entanto, dos sete, três não autorizaram o uso, sendo assim optou-se pela utilização de nomes fictícios; quanto às idades, não foram reveladas.

O questionário compreendeu dez questões abertas para os dirigentes e foi bem recebido por boa parte das entidades; por telefone, todos os secretários (de Associação ou Conselho) ou dirigentes contatados se comprometeram a enviar o questionário respondido. Infelizmente, talvez por falta de tempo dos profissionais (dois questionários foram recebidos fora do prazo que era até o dia 24/12/2007).. A aplicação do questionário foi no mês de dezembro de 2007, mas em janeiro ainda recebemos 2 questionários respondidos. No fim, foram 6 os que retornaram no prazo solicitado.

A escolha do correio eletrônico como recurso para aplicar o instrumento de investigação (questionário) deu-se em função da abrangência do estudo que se propunha nacional, também por ser um recurso amplamente utilizado no meio acadêmico para troca de informações e ser um símbolo da sociedade informacional interconectada e que pode se comunicar em tempo real. Além de ser um recurso de domínio na área da Biblioteconomia: todos os contatados possuíam seus endereços eletrônicos e os acessavam com frequência. O uso do telefone se deu, apenas, para enfatizar a importância do estudo e agradecer a compreensão dos dirigentes que, de qualquer forma, teriam de parar, por aproximadamente 30 minutos, o seu trabalho diário, para responder às questões.

A maioria os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (além do Conselho Federal) apresentam páginas na Internet, a maioria atualizadas e bastante otimizadas. O site do CFB apresenta links de legislação, orientações de composição do CFB, informações institucionais, remete aos CRBs e demais órgãos de classe, remete a periódicos da área, apresenta a contabilidade do CFB, traz notícias sobre a área e lista os eventos que ocorrerão no ano. Os sites dos CRB, tem mais ou menos a mesma estrutura do CFB, adaptados aos interesses locais. Segue abaixo a listagem atualizada (acesso em 28 mar. 2008) das páginas dos conselhos:

CFB - <http://www.cfb.org.br/>

CRB1 - <http://www.crb1.org.br/>

CRB2 - <http://www.crb2.org.br/>
CRB3 - <http://www.crb3.org.br/>
CRB4 - <http://www.crb4.org.br/>
CRB5 - <http://www.crb5.org.br/>
CRB6 - <http://www.crb6.org.br/>
CRB7 - <http://www.crb7.org.br/>
CRB8 - <http://www.crb8.org.br/>
CRB9 - <http://www.crb9.org.br/>
CRB10 - <http://www.crb10.org.br/>
CRB11 - <http://www.crb11.org.br/>
CRB12 - <http://crb12es.spaces.live.com/>
CRB13 - <http://www.crb13.org.br/>
CRB14 - <http://www.crb14.org.br/>
CRB15 - Não possui site, apenas endereço eletrônico crb-15paraiba@gmail.com

Quanto ao site da FEBAB, traz, além de dados institucionais, agenda de eventos e cursos, links para as associações filiadas, cadastro de bibliotecas, informações sobre as Escolas de Biblioteconomia existentes no país, e sobre a publicação do AACR2, entre outras informações. Interessante notar que os sites de algumas associações de bibliotecários (as que o possuem), embora se assemelhem ao da FEBAB, trazem também informações sobre legislação, ética, atribuições teoricamente dos conselhos. Os sites das associações são bastante ricos em informações, trazem, além dos já citados dados que a FEBAB oferece, bancos de currículo, divulgação de vagas, listas de discussões, divulgação sobre publicações na área, textos sobre curiosidades e artigos, venda de livros on-line, etc. Segue abaixo a listagem atualizada (acesso em 28 mar. 2008) das páginas das associações de bibliotecários filiadas à FEBAB:

Associação Profissional de Bibliotecários de Amazonas: não possui site.

Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe:

<http://www.apbdse.org.br/associacoes.htm>

Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais: <http://www.abmg.org.br>

Associação dos Bibliotecários do Ceará: não possui site.

Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal: <http://www.abdf.org.br/>

Associação Profissional dos Bibliotecários de Goiás:

http://www.abgoias.hpg.ig.com.br/sociedade/31/index_int_11.html

Associação Profissional de Bibliotecários do Maranhão: não possui site.

Associação de Bibliotecários do Mato Grosso do Sul: não possui site.

Associação Paraense de Bibliotecários: não possui site.

Associação Profissional de Bibliotecários do Paraíba: possui site, mas a página não estava disponível.

Associação Bibliotecária do Paraná: <http://www.abpr.org.br/>

Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco: <http://www.apbpe.org.br/v2/>

Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí: não possui site.

Associação Profissional de Bibliotecários do Rio Grande do Norte:

<http://www.bczm.ufrn.br/apbern/historico.htm>

Associação Riograndense de Bibliotecários: <http://www.arb.org.br/>

É possível perceber através do exame dos sites que existe uma convergência de informações em todos eles, tanto dos conselhos como das associações, no sentido de prestar informações úteis e objetivas aos consulentes, que, na maioria das vezes, são os próprios bibliotecários, mas que também podem ser possíveis empregadores, que podem acessar bancos de currículos ou enviar solicitações para divulgação de processos seletivos.

5 AS REPRESENTAÇÕES DOS DIRIGENTES DE CLASSE DA PROFISSÃO SOBRE A IDENTIDADE DOS BIBLIOTECÁRIOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O que o indivíduo vê, a sua percepção das coisas e do ambiente que o cerca, o senso comum que o une a outros indivíduos com os quais compartilha a mesma cultura, a forma como interage com o mundo, simplificadamente, é a isso que damos o nome de representações sociais. Ceballos (2003) explica que, desde sua origem, a representação serve para designar dois processos: um que vai do interior da estrutura do indivíduo em direção ao mundo exterior, e outro que vem do mundo exterior em direção ao interior do indivíduo. Um designa um processo de construção da realidade que se apresenta como mimetismo (imitação – criação), que tem como fim pôr em evidência a realidade conhecida; o outro processo faz referência à percepção e à cognição. A representação é uma forma de conhecimento que apresenta os estímulos sensoriais não como absolutos para o conhecimento, mas como possibilitadores de uma operação mais complexa.

O conhecimento construído socialmente é absorvido pelo indivíduo em um mundo de noções existencialistas, que regulam as idéias e ideais, os interesses, enfim, a vida do indivíduo. Ele projeta para si e faz escolhas tendo em vista o que dispõe o mundo social. Para Ceballos (2003), as representações coletivas (sociais) são uma forma de interiorização, de incorporação dos indivíduos à estrutura social, os “sistemas” (grifo do autor) de representações coletivas permitem criar esquemas de percepção, esquemas de juízo que fundamentam as maneiras de pensar e atuar.

As representações sociais resultam da interação dos sujeitos e influenciam, sobremaneira, a vida desses sujeitos. Goffman (2002) mostra como o indivíduo emprega uma fachada, consciente ou inconsciente, para realizar a representação do seu papel social. A fachada é equipamento expressivo de tipo padronizado. As partes padronizadas que o compõem são o “cenário” que constitui a mobília, a decoração do ambiente e a disposição física. Além do cenário, outros itens de equipamentos expressivos podem ser tomados para que um ator desempenhe o seu papel como vestuário, sexo, idade, características raciais, aparência, padrões de linguagem, gestos corporais entre outros.

Conforme Goffman (2002, p. 31), “[. . .] os estímulos que formam a fachada pessoal em ‘aparência’ e ‘maneira’ de acordo com a função exercida pela informação que esses estímulos transmitem.” E segue “[. . .] ‘aparência’ aqueles estímulos que funcionam no momento para revelar o status social do ator”. Enquanto que a “[. . .] ‘maneira’ os estímulos que funcionam no momento para nos informar sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima.” Frequentemente há uma compatibilidade entre aparência e maneira. A fachada através destes conjuntos de equipamentos expressivos transmite seu caráter abstrato e sua generalidade. Conforme exemplifica o autor (p. 32) “[. . .] muitos serviços oferecem a seus clientes uma representação que é abrilhantada por impressionantes manifestações de asseio, modernidade, competência e integridade. [. . .] esses padrões abstratos têm um significado diferente em diferentes desempenhos de serviços [. . .]”. Esses caracteres e as generalidades atribuídas ao desempenho de um determinado papel social acaba por gerar estereótipos sobre um papel ou prática profissional desempenhada pelos atores sociais. Assim, a fachada torna-se uma “representação coletiva”.

As interações dos indivíduos estão regidas pelas regras impostas pela sociedade, construídas através do conhecimento coletivo. É necessário que o sujeito siga tais regras para que seja considerado pelos seus pares uma pessoa normal. É o que Goffman (2002) chama de fachada ou uma espécie de “representação teatral” (grifo nosso), a maneira como os indivíduos agem, encenam, como apresentam sua vida perante os outros, nas situações de trabalho, em sua forma de agir, na sua rotina, tentando dessa forma controlar o juízo que as outras pessoas terão dele. Para Goffman, a questão que está por trás deste planejamento é a autenticidade do ilusório, a relação de normalidade de um indivíduo em público, com o que ele é de fato. Quem pretende ter certas características sociais deverá ser na realidade o que alega ser.

A representação é um instrumento reprodutor que põe em cena a realidade que a circunda, oferecendo a possibilidade de se reconstruir fatos, símbolos, um espelho da realidade. Considerando serem as representações sociais uma espécie de espelho da realidade, a sua análise torna-se deveras importante, pois traz à luz do conhecimento as percepções de uma pessoa ou de um grupo sobre determinado assunto ou perspectiva.

No caso deste trabalho, são as percepções de um grupo composto por dirigentes de entidades de classe da profissão de bibliotecário que nos interessam, não só pelas suas representações sociais em torno da construção da identidade profissional do bibliotecário

contemporâneo, mas também pelo poder simbólico que esses dirigentes possuem, sendo eles que ditam as regras, as normas, os rumos da profissão. Embora todo bibliotecário tenha direitos a voto, discussões, denúncias, etc., é inegável que os dirigentes possuem maior poder, pois têm em suas atribuições o poder de decisão, de formação de opinião e, principalmente, de julgamento.

Tendo em vista o que foi assinalado acima, um breve estudo do poder simbólico ajudará em nossa análise. Para tal, utilizaremos os estudos de Pierre Bourdieu. Para Bourdieu (1989), a sociedade passa por constantes efeitos de dominação simbólica, em que os defensores da identidade dominada aceitam, quase sempre tacitamente, por vezes explicitamente, os princípios de identificação de que a sua identidade é produto. O autor afirma que as propriedades simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador.

A luta pela definição da identidade é uma forma particular de luta das classificações entre as representações e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exatamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais.

Ora, a ciência social que é obrigada a classificar para conhecer, só tem alguma probabilidade, não já de resolver, mas de, pelo menos, pôr correctamente o problema das classificações sociais e de conhecer tudo o que, no seu objecto, é produto de actos de classificação se fizer entrar na sua pesquisa da verdade das classificações o conhecimento da verdade dos seus próprios actos de classificação (BOURDIEU, 1989, p. 111).

As lutas a respeito da identidade são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por meio deste, de fazer e desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 1989).

O poder simbólico, portanto, está fundamentado no reconhecimento. Segundo Bourdieu (1989, p. 114): “Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma

verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia.”

Quanto às classificações, Bourdieu (1989) afirma que a ciência que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade não deve esquecer que se limita a registrar um estado da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicos entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam freqüentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor.

Ser percebido consiste, fundamentalmente, em ser reconhecido pelos outros. A imposição de percepções faz parte do jogo do sistema simbólico ou de representações nas lutas pela identidade. Segundo Bourdieu (1989), existe uma luta permanente para definir a realidade:

Aprender ao mesmo tempo *o que é instituído*, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou ‘inexistir’ o que existe, e as representações, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam, restituir ao mesmo tempo as estruturas objectivas e a relação com estas estruturas, a começar pela pretensão a transforma-las, é munir-se de um meio de explicar mais completamente a ‘realidade’ (BOURDIEU, 1989, p. 118) (grifos do autor).

No que diz respeito às dominações e lutas simbólicas, Bourdieu (1989) afirma que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social. Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais, por vezes, na medida em que é valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo.

A identidade social dominante é considerada a legítima. A inserção de um indivíduo em uma identidade dá-lhe condições de usufruir das vantagens simbólicas daquela identidade. Bourdieu afirma: “[. . .] qualquer unificação, que *assimile* aquilo que é diferente, encerra o

princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra” (BOURDIEU, 1989, p. 129).

Levando em consideração os estudos de identidades sociais e profissionais, as representações sociais e o poder simbólico (proposto por Bourdieu), procedemos à análise dos dados coletados. Para a análise, nos servimos ainda de dois autores cujos estudos estão focados em análises de narrativas: Ricoeur (1992) e Gancho (2004).

Para Ricoeur (1992), a atividade de narrar não consiste simplesmente em agregar fatos uns a outros. A narrativa constrói também, totalidades significantes a partir de acontecimentos dispersos. Para o autor, se pode demonstrar, ainda, que a explicação histórica se incorpora sempre à compreensão primária do relato, no qual se desenvolve a estrutura interna. A verdadeira confrontação não é entre história e explicação histórica, mas entre historicidade e narratividade.

Ricoeur (1992) afirma, ainda, que a ação precisa ser reconhecida nos relatos, cuja função é procurar uma identidade ao agente, uma identidade que não pode ser, senão, uma *identidade narrativa* (grifo do autor). A história contada é a que se repete na ação. Segundo o autor, nesse caso, a repetição é um olhar retrospectivo lançado sobre um curso de ação finalizada que confere uma identidade a totalidade repetida deste modo.

Levando em consideração a citação acima, em que Ricoeur afirma que “[. . .] a repetição é um olhar retrospectivo lançado sobre um curso de ação finalizada”, podemos interpretar que a repetição de certo conceito, representação ou percepção de uma ação ou prática, confere uma identidade ao todo. Sendo assim, simplificadamente, podemos constatar que a repetição de uma forma de pensamento em diversas narrativas dos dirigentes entrevistados representa a percepção desse grupo sobre as práticas e a identidade do bibliotecário.

Segundo Gancho (2004, p. 6-7):

Narrar é uma manifestação que acompanha o homem desde sua origem. [. . .] Modernamente, poderíamos citar um sem-número de narrativas: novela de TV, filme de cinema, peça de teatro, notícia de jornal, gibi, desenho animado, videogames... Muitas são as possibilidades de narrar, oralmente ou por escrito, em prosa ou em verso, usando imagens ou não.

Sobre análise de narrativa, Gancho (2004, p. 31-32) afirma ainda:

Dois são os termos mais usados pelos manuais de análise literária, para designar a função do narrador na história: *foco narrativo* e *ponto de vista* (do narrador ou da narração). Tanto um quanto outro se referem à posição ou perspectiva do narrador frente aos dados narrados. Assim, teríamos dois tipos de narrador, identificados à primeira vista pelo pronome pessoal usado na narração: primeira ou terceira pessoa (do singular). (grifos do autor).

No caso de nosso estudo, os dirigentes de classe da profissão de bibliotecário, que são os narradores, relatam em primeira pessoa seu ponto de vista sobre o tema proposto nas questões. Gancho (2004) expõem, por fim, algumas questões gerais sobre análise de narrativas. Para a autora, muitas podem ser as solicitações presentes nos enunciados (exercícios, perguntas, testes etc.) de análise de texto (qualquer tipo de texto); as mais comuns podem ser identificadas nos verbos abaixo:

Identificar: é reconhecer, achar um elemento entre outros; *Comentar*: é geralmente tecer comentários gerais sobre o conteúdo do texto, o que supõe uma leitura atenta; *Relacionar/Comparar*: é estabelecer os pontos comuns e diferentes entre dois elementos do texto ou entre elementos do texto e da realidade (do autor, do leitor, etc.); *Analisar*: é separar as partes, compará-las e tirar conclusões lógicas, coerentes com o texto; *Interpretar*: pode significar comentar ou analisar, dependendo do contexto; de qualquer forma, é uma tarefa que deve se ater aos limites do texto, evitando-se, sempre que possível misturar as afirmações do texto com aquilo que achamos; *Dar opiniões*: é posicionar-se criticamente frente ao texto, ou a algum aspecto dele, emitir idéias pessoais, desde que comprovadas com argumentos lógicos ou com passagens do texto (GANCHO, 2004, p. 45). (grifos do autor).

Sabemos que há muito os bibliotecários travaram suas lutas simbólicas pelo reconhecimento de seu trabalho, construindo, desconstruindo e reconstruindo sua identidade profissional, tentando libertarem-se de velhos estereótipos, do tecnicismo profissional, para se mostrarem necessários, seres pensadores, humanistas, não simples técnicos. A demonstração de que uma identidade diferenciada do profissional bibliotecário formou-se nos últimos tempos (talvez nos últimos cinco anos), parecia evidente para quem observava a revolução das tecnologias de informação e comunicação, e em vista disso a constante atualização do bibliotecário para acompanhar tal revolução. A mudança dos instrumentos de trabalho foi

apenas um dos diversos impactos na profissão. O bibliotecário teve de ver o mundo de outra forma, para além da biblioteca onde atuava, teve de mudar sua postura profissional diante dos usuários, então com novos recursos de pesquisa, como a Internet.

A senhora idosa, séria, erudita e conservadora, que talvez nunca tenha sido exatamente assim na vida real, mas que assim era representada pelo cinema, pelas telenovelas, e figurava em milhares de estudos biblioteconômicos cujos autores ansiavam pela ruptura da “negativa” imagem pela construção da imagem do “verdadeiro” bibliotecário, acabou. Fora as senhoras bibliotecárias prestes a se aposentar e que, talvez, carreguem traços desses estereótipos, não percebemos mais pessoas com tal perfil.

A senhora idosa deu lugar a jovens profissionais (jovens não só em idade) que se inserem em grandes empresas como administradores de sistemas de informação ou como trainees (estudantes no último estágio de formação ou recém-formados contratados por médias e grandes empresas para iniciarem carreira e tornarem-se capital intelectual daquela empresa). A seriedade deu lugar ao carisma do empreendedorismo, vide o número de profissionais atuando com consultorias e com suas próprias empresas. A erudição se ampliou e abarcou um profundo conhecimento dos recursos tecnológicos para melhor usar em prol da recuperação da informação, de forma rápida e segura. E quanto ao conservadorismo, não há lugar numa profissão que lida com a inovação, com a ruptura de paradigmas, com a volatilidade das tecnologias e com a constante desatualização da informação na contemporaneidade.

Sendo assim, foi possível perceber nas narrativas dos dirigentes de classe, a crença na construção de uma identidade diferenciada, nova em comparação há pelo menos cinco anos atrás, pelo menos no que diz respeito ao ensino nas faculdades de Biblioteconomia. Foi possível constatar representações afirmativas de que as faculdades de Biblioteconomia estão tentando formar uma nova identidade do profissional bibliotecário. É o que fica claro com o uso de expressões como: “adaptação dos currículos”, “capacitação de professores e alunos”, “análise da nova realidade informacional”. Podemos conferir essas representações através das narrativas abaixo:

As faculdades de Biblioteconomia estão em busca de inovações e atualizando seus currículos, inclusive, em alguns casos com a troca da nomenclatura do profissional. Há até faculdades que extinguiram a tradicional formação em Biblioteconomia e criaram o curso de Gestão da Informação. Há ainda outras faculdades que mantêm o curso, com um núcleo básico e depois com formação diferenciada. (MAURO, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL)

Considero que há uma expressa intenção de formar profissionais com uma identidade voltada para a realidade atual. Isso se comprova pelo fato do direcionamento de disciplinas que contemplam a tecnologia da informação e automação de processos técnicos, buscando uma adequação às novas exigências do mercado. Além da oferta de disciplinas à distância. No entanto, não se pode generalizar, pois a diversidade cultural e de condições de ensino no país é considerável. Além do que, essa é uma intenção, uma tendência, não necessariamente uma prática consagrada. Porém, penso que essa tendência venha a se firmar cada vez mais. (VALÉRIA, CFB)

A busca de uma nova identidade tem sido focada por meio do estabelecimento de uma revisão dos currículos formativos, adesão ao uso das tecnologias, e adesão a novos conceitos que atualizam ou renovam antigas posturas, como valorização do acesso à informação, atenção com os serviços centrados no usuário, a filosofia do aprender a aprender ou educação continuada. (JÚLIA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUDESTE DO BRASIL)

Levando em consideração os estudos de representações sociais, podemos afirmar que os dirigentes apontam que há uma postura diferente, nos últimos anos, das faculdades e escolas de Biblioteconomia no que diz respeito à formação de uma nova identidade profissional do Bibliotecário, agora mais focada em tecnologias e em novas posturas profissionais. É sabido que as faculdades de Biblioteconomia mantêm forte influência frente aos órgãos de classe, uma vez que além do contato com alunos de graduação e pós-graduação da área, têm “cadeira cativa” no Conselho Federal de Biblioteconomia: cada faculdade ou escola de Biblioteconomia do país possui um representante no CFB.

Analisando as narrativas dos dirigentes acima podemos afirmar que a questão da formação do bibliotecário é encarada como tarefa das faculdades e escolas de Biblioteconomia, instituições que já tradicionalmente exercem essa função. Isso reforça o que Dubar (1997) afirma sobre o papel da socialização secundária no processo de construção das identidades profissionais. Essa representação se evidencia nas seguintes expressões “currículos formativos”, “atualização de currículos”, “disciplinas que contemplam a tecnologia da informação e automação”, “educação continuada” e “identidade voltada à realidade atual”. No entanto, percebe-se nas narrativas, outros elementos na constituição da identidade como “adaptação a novas exigências do mercado”, o oferecimento por parte das faculdades de “disciplinas à distância”, “diversidade cultural e de condições de ensino”.

Segundo Hall (1997, p. 1): “Dizer que duas pessoas pertencem a uma mesma cultura é dizer que elas interpretam o mundo de maneira mais ou menos parecida e podem se expressar, seus pensamentos e sentimentos concernentes ao mundo, de forma que seja compreendida por

cada um.” Assim, podemos afirmar que, sendo os membros pertencentes a uma mesma categoria profissional, os depoimentos dos bibliotecários se assemelham porque compartilham das mesmas crenças, de uma mesma comunidade de interesses o que reforça uma ou demais formas de pensamento ou o estabelecimento de uma cultura profissional.

Conforme aponta Souza (2001), a biblioteca depende do pensar e do agir do bibliotecário, o qual depende da forja da escola bibliotecária, então o fundamento que dá a noção e a conduta daquele organismo em crescimento está na escola de Biblioteconomia que interpreta e explica o seu contexto, e ancora a sua atuação, e não em outro lugar. O autor afirma, ainda, que olhar o contexto da Biblioteconomia é condição para explicá-la e que a escola deve continuar a ter e a desempenhar o papel de âncora na formação profissional, como um fenômeno social que funciona com base estrutural da categoria profissional do bibliotecário e que este sistema não é estático.

Os depoimentos dos dirigentes evidenciam também esta tomada de consciência sobre a realidade vivida atualmente pela profissão, inclusive colocam-se dentro dos processos de mudanças. Em seus depoimentos ao longo das entrevistas respondem muitas vezes como profissionais da área, isolando suas funções de direção.

Outra representação interessante é a que traz para discussão a “criação do curso de Gestão da Informação”, uma realidade já em uma Universidade Brasileira como tentativa da conquista de um espaço maior do que a área de Biblioteconomia teoricamente oferece. Embora não haja reconhecimento por parte dos Conselhos de Biblioteconomia e Associações Profissionais de Bibliotecários, observa-se pelas narrativas que o bibliotecário se inseriu no mundo das tecnologias de informação e comunicação, enfrentou e está enfrentando desafios no sentido de dominar as técnicas informáticas, as redes e oferecer e criar novos produtos e serviços aos usuários. No entanto, quando indagados sobre uma nova denominação profissional, sete, dos oito dirigentes, mostraram-se contrários à mudança da denominação profissional, mas não percebem de forma negativa a discussão.

Segundo os dirigentes, em relação à denominação da profissão, eles destacam que ela deve permanecer a mesma, uma vez que “é um espaço que já é do bibliotecário.” A mudança na denominação significaria ficar à mercê da desregulamentação, da dificuldade de fundamentar uma nova identidade e da indefinição de um futuro profissional. É o que demonstram as narrativas abaixo:

Acredito que a mudança na denominação profissional seria boa apenas para o reconhecimento talvez da sociedade de todas as atividades que este profissional pode realizar, que não estão ligadas apenas as bibliotecas. No entanto, para o profissional o mais interessante é a atualização dos currículos dos cursos nas universidades e o direcionamento desses profissionais para o acompanhamento das novas necessidades da sociedade. (LUIZA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUDESTE DO BRASIL).

De certa forma, a discussão parece ser uma questão de marketing. O status do termo cientista. Pessoalmente penso que o termo bibliotecário não está desgastado o mercado tem procurado bibliotecários para atuar em diversos setores da empresa. A divulgação precisa ser maior. Ademais, nenhum curso de formação no Brasil forma efetivamente cientista da informação. E os cursos que formam sob tal denominação colocam no mercado laboral pessoas que buscam atuar em bibliotecas. (JÚLIA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUDESTE DO BRASIL).

É inegável que existe um certo ranço com os termos biblioteca e bibliotecário, este ainda visto como um mero organizador de acervos bibliográficos. Muito por culpa dos próprios profissionais, que muitas vezes se encastelaram em suas bibliotecas e não souberam trabalhar a sua imagem. Mas não vejo como solução a mudança da denominação. Um novo nome corre o risco de perder o pouco de identidade profissional existente, pois há uma proliferação de novas especializações no mercado, gerando mais confusão na cabeça das pessoas. Por outro lado, uma mudança de nome hoje é legalmente inviável, pois a regulamentação da profissão, pela Lei 4084/62, só reconhece o Bacharel em Biblioteconomia. Para mudar isso, só mudando a legislação. Tentar mudar a lei é uma providência não muito recomendável neste momento, pelo risco de haver uma desregulamentação, posição defendida pelos parlamentares no Congresso Nacional hoje. (PEDRO, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

Profissional da Informação? Muitos usam essa denominação para bibliotecário, arquivista, jornalista, informáticos, etc., pois todos têm como instrumento de trabalho a informação. Então a forma genérica de falar “profissional da informação” perde sua identidade, porque também somos um desses profissionais. (MARTA, CFB)

Acho inútil tentar forjar uma imagem em função da denominação da profissão. Penso que o nome bibliotecário é bem vindo. Creio que muito dessa discussão em torno do nome não é relevante. Relevante é estudar a base da profissão, nossas práticas, teorias, técnicas, isso sim que é um esforço relevante. O reconhecimento social não depende de um nome como querem muitos. (FERNANDA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

Na visão dos dirigentes, a denominação da profissão de bibliotecário deve ser mantida, uma vez que a mudança pode trazer outras implicações legais em relação à regulamentação da profissão. Uma modificação no nome poderia acarretar uma confusão maior entre os próprios profissionais e a sociedade. Souza (2004), em seus estudos, também se manifesta desfavorável à mudança na denominação profissional. Segundo ele, as investigações sobre o tema têm-se desviado da construção de uma discussão suficiente para se formar um entendimento e uma

explicação da transposição do nome profissional “bibliotecário” para a designação “profissional da informação”. Essa questão tem fomentado discussões, debates e reflexões que têm se estendido na superfície do problema, que não é de ordem semântica. Tal atitude despreza as fortes implicações políticas que podem estar por trás de um propósito de enfraquecimento de um projeto de profissão como a do bibliotecário, que tem o potencial de auxiliar a sociedade brasileira a dispor de infra-estrutura intelectual capaz de promover a distribuição do saber acumulado de forma mais equitativa.

A citação acima reflete uma preocupação geral de estudiosos, dirigentes de classe e bibliotecários sobre a desvantagem que pode haver em uma mudança na denominação da profissão, o que pode acarretar num enfraquecimento da identidade profissional do bibliotecário. Por fim, destaca-se a indagação proposta no mesmo artigo anteriormente citado de SOUZA (2004, p. 104):

Quarenta e dois anos da construção do nome profissional “bibliotecário” no Brasil, a partir da regulamentação legal, é pouco tempo histórico para autorizar a busca de uma mudança nesse nome profissional. Um nome profissional, quer-se queira, quer não, é um patrimônio de um coletivo social. Pode-se jogar fora um capital dessa dimensão, ainda em construção, apenas pelo modismo trazido e estimulado no país pela nova onda liberal?”

Observa-se, através das narrativas, que a posição dos dirigentes demonstram claramente o poder simbólico do qual dispõem. Eles argumentam como quem detêm o conhecimento do que pode ou não ser feito (porque conhecem, por exemplo, mais profundamente a legislação) e se posicionam sobre as atitudes e práticas de alguns bibliotecários. É possível perceber formas de posicionamento através de algumas representações como: “certo ranço com os termos biblioteca e bibliotecário”, o profissional ainda é visto como “mero organizador de acervos bibliográficos”, muitas vezes se “encastelaram em suas bibliotecas e não souberam trabalhar a sua imagem”, “novo nome corre o risco de perder o pouco de identidade profissional existente”, “proliferação de novas especializações no mercado, gerando mais confusão na cabeça das pessoas”, “mudança de nome hoje é legalmente inviável”, “tentar mudar a lei é uma providência não muito recomendável neste momento”, não se pode correr o risco de haver uma “desregulamentação”, “profissional da informação? É uma forma muito genérica de falar”, “perder a identidade bibliotecária”, “inútil forjar uma identidade em função da denominação”, “bibliotecário é bem

vindo”, “relevante é estudar a base da profissão, nossas práticas”, “reconhecimento social não depende de um nome.”

Os dirigentes demonstram domínio simbólico através de sua opinião fundamentada no conhecimento legal. Para eles a mudança na denominação profissional é desejada apenas em função de status e reconhecimento.

[. . .] lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a ação simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade (tanto no seio do próprio grupo como nos outros grupos), que – a prazo, e em partícula por intermédio das ações de imposição e de inculcação da identidade legítima (como as que a escola e o exército exercem) – tende a gerar a unidade real. (BOURDIEU, 1989, p. 120).

Os dirigentes, portanto, mostram-se desfavoráveis a uma mudança da nomenclatura da profissão. Para eles, a Biblioteconomia está se modernizando, haja vista a atualização de currículos das faculdades e escolas da área, mas não é necessária, segundo eles, uma mudança na denominação profissional.

Ao considerar os elementos mais atrativos da profissão, os dirigentes destacam as características do profissional quanto ao “trato com a informação” e o “mercado de trabalho potencial”. Como podemos constatar nas narrativas que seguem:

O maior atrativo são exatamente as inúmeras possibilidades que sem abrem com a tecnologia da informação existente. Ao mesmo tempo que permite ampliar consideravelmente o espectro de trabalho – se antes os nossos limites eram nossa biblioteca, hoje no ambiente virtual não existem limites – também, representa um grande desafio. Exige do profissional uma grande capacidade de inovação. Também acho que ainda é um atrativo o fato de haver um mercado de trabalho potencial. São poucos os bibliotecários no Estado, para um mercado latente. (PEDRO, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL)

É poder trabalhar com a informação de todas as áreas do conhecimento. (MARTA, CFB)

Sem poder fazer afirmações por ausência de dados empíricos a respeito, eu considero que há uma forte probabilidade de que um atrativo para o ingresso de alunos nos cursos de Biblioteconomia no Brasil, seja o fato de que, embora esta seja uma profissão de valorização social limitada, ela ainda proporciona o ingresso no mercado de trabalho. Mesmo que os níveis salariais sejam baixos, há vagas claramente definidas para o profissional bibliotecário. Há vagas tanto para estágio, quanto para atuação profissional, além de vagas em concursos públicos. (ADRIANA, CFB)

Considero que a informação tenha um importante diferencial no mercado de trabalho, pelo fato de trabalhar com a informação. Especialmente a capacidade de tratamento e recuperação da informação. Indexação. Essa é a palavra-chave (com trocadilho) para definir a importância da profissão, afinal, essa é a sociedade da informação e do conhecimento. E o bibliotecário tem, ou deveria ter, o potencial para trabalhar nessa área. Ilustrando melhor ainda: engenheiros, profissionais da informática, ciências da computação, etc. não têm a capacitação do bibliotecário para tratar a informação. Os conhecimentos oferecidos pelas disciplinas voltadas para a descrição temática dos documentos, como já grifado a indexação, possibilitam essa qualificação. Outro campo que se abre é o da arquitetura da informação. E o bibliotecário é, ou deveria ser, o principal profissional a atuar nesse campo. Outros temas como ergonomia de *sites*, e até a área de Sistemas de Informação (que está sendo abrangida pela Administração), também deveriam ser fortes campos de atuação do bibliotecário. (VALÉRIA, CFB)

Pessoalmente, identifico como atrativo nossa característica de ser uma profissão humanística, voltada (queiramos ou não para a promoção desenvolvimento humano). Outro aspecto interessante que a profissão oferece é sua interdisciplinaridade, poder atuar em várias áreas e agregar outras experiências às nossas práticas profissionais. Por exemplo: se for um advogado e desejar me formar bibliotecário, não perco o conhecimento anterior, ao contrário enriqueço minhas habilidades profissionais. Além disso há esta possibilidade de criar ou abrir novos nichos de trabalho. (JÚLIA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUDESTE DO BRASIL)

Observa-se que, na visão desses narradores, o mercado de trabalho oferece o “ingresso”, “vagas”, “concursos”, ainda que os salários não sejam compensadores. Os meios tecnológicos abriram novas possibilidades a esse profissional tanto de “criar ou abrir novos nichos de trabalho”. Além disso, caracterizam a profissão como humanista e interdisciplinar. O bibliotecário está capacitado para trabalhar com a informação em suas diversas dimensões e formatos. Por outro lado, a inovação tecnológica traz “grande desafio” ao profissional. Esses são os elementos apontados como atrativos da profissão e para a área de Biblioteconomia.

Para Figueiredo (2007), o campo de atuação do bibliotecário é amplo, podendo encontrar facilmente uma colocação tanto na esfera pública quanto na privada ou no terceiro setor (ONG's), atuando em quaisquer dos setores econômicos (agricultura, indústria ou serviços) ou ainda como autônomo. Para o autor, as competências deste profissional: tratar, organizar e disseminar a informação que, no contexto atual, são de suma importância para qualquer instituição e para a sobrevivência e desenvolvimento do próprio mercado.

Um estudo realizado por KRUEL et al. na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, evidenciou em seus resultados que o mercado de trabalho segundo os entrevistados (27 entrevistados, todos egressos do curso de Biblioteconomia da UFRGS) era considerado, de forma geral, bom. A pesquisa abrangeu egressos do período de 1996/2 a 1998/1 e foi constatado que 70% dos profissionais conseguiram ingressar no mercado de trabalho em

menos de 6 meses após a conclusão do curso e 26% levaram de 6 a 12 meses (KRUEL et al., 2000)

Embora os dados sejam de 10 anos atrás (a divulgação foi feita no XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em Porto Alegre na PUCRS), podemos perceber que, nas representações sociais dos membros dirigentes de classe, permanece a imagem de que o mercado de trabalho continua bom, constituindo-se, portanto, como o maior atrativo da profissão.

Quanto à auto-estima, status e reconhecimento profissional pela sociedade, observam-se as narrativas abaixo:

Sim. À medida que o bibliotecário conhece a profissão e percebe o quanto ela é importante para a sociedade ele almeja o reconhecimento das pessoas, das empresas, do governo, etc... mas, por sua vez, esse reconhecimento começa a partir do próprio profissional que entra no mercado de trabalho e que precisa ter bem definidos os seus objetivos e os objetivos que a sociedade necessita também, dessa forma, acredito que qualquer necessidade quando bem definida e conhecida pode ser alcançada. (LUIZA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUDESTE DO BRASIL).

O bibliotecário carece de um reconhecimento social mais consolidado e da ampliação das ações culturais e educacionais do Estado e da sociedade que focalizem a leitura, a memória, a produção, circulação e preservação dos bens culturais e expansão do investimento na pesquisa científica, como também do desenvolvimento e manutenção de uma política de informação no Brasil. (ADRIANA, CFB).

Sim, todas as profissões têm uma necessidade social e nós não somos diferentes. Como frisei em uma questão anterior, somos uma atividade humanística, portanto precisamos ter uma inserção social e receber um reconhecimento social, para este reconhecimento, um envolvimento com as questões das necessidades que afetam a sociedade, com as necessidades de nossos usuários é fundamental. De outro lado, nesta interação nossa necessidade é de status, de ser reconhecida pela sociedade como uma profissão importante e significativa. (JÚLIA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUDESTE DO BRASIL).

Os bibliotecários demonstram ainda ter necessidades sociais como obter reconhecimento por seu trabalho, pelas atividades que desempenham, pela sua função na sociedade. Querem a visibilidade que decorre do reconhecimento, almejam status.

Conforme aponta SOUZA (2006, p. 41-42):

Reconhecimento social de campo de saber parece ter conexão direta com visibilidade social profissional e com identidade social profissional, pelo fato de que são os saberes teóricos, produzidos pela consolidação e transformação das práticas, ou os saberes científicos, produzidos com o emprego de estratégias exploratórias ou experimentais sob critérios de verificação de confiabilidade, de explicação ou de compreensão, que dão suporte para o

exercício profissional e, por isso, para assegurar um ponto de partida aceitável para sua visibilidade social e identidade profissional.

No entanto, para Souza (2006), a visibilidade social de uma profissão é um fator que depende de que a sociedade tenha alcançado certo estágio de desenvolvimento econômico que a impulsione a demandar mais atenção profissional de executores de práticas que poderiam ser ofertadas por outras especialidades. Na concepção do autor, no caso brasileiro, parece que ainda são pouco requeridas as práticas desenvolvidas pela profissão de bibliotecário e pelo cientista da informação. O próprio fato de a economia brasileira ser periférica em relação ao movimento econômico global é um fator importante para essa restrição.

A visibilidade da profissão e do profissional é afetada por questões externas que se sobrepõem às categorias profissionais (SOUZA, 2006). O desejo dos bibliotecários por reconhecimento é legítimo, as representações sociais dos dirigentes expressam isso. Não obstante, é provável que não seja, apenas, um problema de articulação dos profissionais, de marketing da profissão, das entidades de classe ou da incapacidade da sociedade de perceber o valor do bibliotecário, a falta de reconhecimento desse profissional no Brasil é bem mais complexa, pois envolve elementos culturais, históricos, sociais e também a estrutura econômica brasileira que ainda é incapaz de demandar, plenamente, determinados serviços especializados, como a gestão da informação, cuja capacidade e competência administrativa poderiam ser desenvolvidas por bibliotecários.

Sobre o papel do bibliotecário na sociedade contemporânea, observou-se que este é percebido como um “mediador” entre usuário e informação, como alguém que decodifica a informação. Seguem algumas narrativas que expressam esse caráter:

O papel do bibliotecário é atuar como mediador em instituições e organizações permitindo que diferentes usuários possam mais facilmente localizar, utilizar e produzir informações de forma organizada e produtiva. (FERNANDA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

Concordo com o discurso do Prof. Oswaldo Francisco Almeida Junior da Universidade Estadual Paulista que sugere que o objetivo de estudo de nossa profissão não é a informação mas a mediação dessa informação, portanto, acredito que o papel do bibliotecário na sociedade contemporânea é essa mediação, seja ela em qual suporte esteja e mesmo valorizando outras formas de mediação, como por exemplo, a contação de histórias (oralidade) que também é um meio que o profissional pode se utilizar para levar a informação as diversas camadas da sociedade, é um outra forma de possibilitar a apropriação da informação que não apenas as

“legitimadas” como oficiais (impressas). (LUIZA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUDESTE DO BRASIL).

Creio que são vários os papéis do bibliotecário. Desde mediador na busca pela informação (impressa e digital), como educador na pesquisa, avaliação e acesso à informação e ao conhecimento dispostos nas redes digitais, organizador e disseminador da informação e do conhecimento sob forma padronizada e facilmente acessível pela sociedade, atuar na coleta e preservação do conhecimento gerado pela sociedade. Atuar ainda pela universalização do acesso livre ao conhecimento humano. (REGINA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUDESTE DO BRASIL).

A “mediação” é uma constante nas representações sociais dos entrevistados sobre o papel profissional do bibliotecário na sociedade contemporânea. Embora seja possível afirmar que o bibliotecário sempre foi um mediador da informação, uma vez que sempre coube a ele recuperar informações a auxiliar os usuários em suas pesquisas, agora, mais do que nunca, com o domínio imposto pelas tecnologias de informação e comunicação, o termo “mediador” atribuído ao bibliotecário confirma-se com representações como: “mediador”, “nossa profissão não é a informação, mas mediação”, “essa mediação”, “formas de mediação”, “contação de histórias”, “o profissional pode se utilizar para levar a informação”, “apropriação da informação”, “são vários os papéis do bibliotecário”, “educador na pesquisa”, avaliação e acesso à informação e ao conhecimento dispostos nas redes digitais, organizador e disseminador da informação e do conhecimento sob forma padronizada e facilmente acessível pela sociedade, atuar na coleta e preservação do conhecimento gerado pela sociedade, “universalização do acesso livre ao conhecimento humano”.

Mesmo quando nas representações sociais dos dirigentes o termo mediador não está explícito nas narrativas, podemos percebê-lo através de outros termos que lhe são sinônimos, o que é possível conferir nas narrativas abaixo:

Antes se dizia que o bibliotecário tinha uma grande importância na democratização da informação, pois era o profissional que tinha formação técnica para dar acesso a ela. Hoje, principalmente com a internet e o desenvolvimento dos meios de comunicação, a informação está disponível para qualquer um, independe do bibliotecário. O problema do profissional agora é estruturar a informação e desenvolver ferramentas de recuperação eficazes para que ela chegue a quem deve. Pelo seu volume e desorganização, o simples acesso hoje não é suficiente, porque as pessoas não acham o que precisam nesse emaranhado, ou só acham lixo informacional. Além do que, no Brasil, as disparidades de formação e de informação das pessoas faz com que, na maioria das vezes elas acessam a informação, mas não conseguem fazer sua leitura, pois ela não é adequada a sua capacidade de compreensão. O bibliotecário terá

que estar preparado para trabalhar com essas variáveis. (PEDRO, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

O papel do bibliotecário e o de desenvolver um trabalho qualificado em qualquer local onde esteja atuando. Conforme mencionado na resposta anterior, executando os trabalhos junto a comunidades de usuários que exijam qualquer nível de complexidade no atendimento de suas necessidades. (VALÉRIA, CFB).

Percebe-se que tanto no passado quanto no presente a figura do bibliotecário aparece ligada à informação e seu acesso. “Antes [...] democratização da informação [...] hoje, [...] internet e o desenvolvimento da comunicação e informação [...] estruturar a informação e desenvolver ferramentas de recuperação eficazes.” No entanto, “o simples acesso hoje não é mais suficiente.” Como se pode observar, “[...] as pessoas acessam a informação, mas não conseguem fazer sua leitura.” Neste sentido, o bibliotecário exerceria o papel de “mediador”, decodificando as informações aos usuários. Esse papel de mediador da informação já era exercido pelo bibliotecário, uma vez que ele já realizava atividades de recuperação das informações e auxiliava os usuários em suas pesquisas. No entanto, agora, com o domínio imposto pelas tecnologias de informação e comunicação, essa tarefa ficou mais visível.

Para Morigi e Pavan (2004), o processo de mediação das tecnologias de informação e comunicação trouxe novas formas de sociabilidades entre os bibliotecários e usuários em bibliotecas universitárias. Conforme os autores:

A utilização de tais tecnologias cria e recria novas formas de interação, novas identidades, novos hábitos sociais, enfim novas formas de sociabilidade. As relações sociais já não ocorrem, necessariamente, através do contato face a face entre os indivíduos. Elas passaram a ser mediadas pelo computador, independentes de espaço e tempo definidos. Informação e conhecimento tornaram-se variáveis imprescindíveis para o cidadão neste novo tempo que se estabelece. (MORIGI; PAVAN, 2004, p.117)

Para Jambeiro e Silva (2004), ao mesmo tempo em que as tecnologias estimulam a autonomia do usuário, cresce a necessidade de intermediação, porque ele não tem tempo de se familiarizar com os labirintos que a tecnologia cria e as diversas possibilidades de conexões que ela oferece. Esse paradoxo termina por atribuir aos profissionais de informação um papel de "filtro" importantíssimo. As interações com os usuários podem ser ainda muito mais estreitas, porque os alcançam, por meio das tecnologias, no local de trabalho, em casa, ou em

qualquer outro lugar do mundo em que estejam. A intermediação, portanto, se dá num outro nível, mais sofisticado e pró-ativo, no qual os profissionais podem criar serviços de valor agregado e, com eles, prover as necessidades do usuário de maneira plena.

O estudo realizado por Mueller (1998), já previa um papel diferenciado para os bibliotecários a partir da intensificação do uso das tecnologias e do advento do paradigma informacional, segundo a autora, é claro que temos um papel importante na divulgação e no auxílio ao acesso à informação, mas de forma diferente ao que fazíamos tradicionalmente. Os sistemas permitem que qualquer um, com um mínimo de competência e equipamento, possa sozinho divulgar e conseguir acesso ao que deseja. Além disso, pessoas com formação diversa também oferecem seus serviços nessa área. Portanto se quisermos atuar aqui, é necessário oferecer mais do que os outros. Não mais apenas dar acesso, mas agregar valor, trabalhar a informação conforme necessidades ou interesses de usuários (MUELLER, 1998). A mediação entre usuário e informação é o momento do bibliotecário demonstrar seu valor enquanto profissional capacitado para oferecer a informação certa que o usuário demanda.

Entre os impactos sociais dos usos das tecnologias de informação e comunicação nas bibliotecas ou unidades de informação está o processo de interação social dos bibliotecários com os usuários. Na concepção dos narradores, as relações sociais entre os bibliotecários e usuários passam por uma malha complexa de interações, pois dependem de vários fatores entre os quais “depende do profissional, de onde ele atua e do próprio usuário”. É o que podemos perceber nas narrativas abaixo:

Bem, isso depende, e muito, do serviço de informação e do profissional que nele atua. Há usuários de excelentes serviços de informação, que interagem com excelentes profissionais, que acabam compreendendo e valorizando o profissional bibliotecário, como também ocorre o inverso. Entretanto, posso inferir que, neste país, onde os serviços e espaços de acesso à informação sofrem precarização e sucateamento, onde a formação profissional ainda é deficitária, temos ambientes de informação inadequados e profissionais com limitadas possibilidades de atualização e estímulo para a superação desse estado, como também de auto-superação. Isso provoca interferência na qualidade da atuação profissional e, conseqüentemente, no “olhar” dos usuários dos serviços de informação, que acabam compreendendo o fazer do bibliotecário por uma vertente bastante reducionista. Além disso, a formação deficitária e o reduzido engajamento em entidades representativas, associados à baixa auto-estima, acabam por não “instrumentalizar” o profissional bibliotecário para a apresentação clara aos usuários e à sociedade em geral do seu próprio fazer e de suas potencialidades. (ADRIANA, CFB)

Acho que nos vêem como somos, profissionais ainda muito tímidos. Na área especializada, quando assumimos a vanguarda na proposição de soluções e serviços de informação, somos respeitados. Já vi, num seminário de nível nacional, tratando de informação jurídica em ambiente digital, um profissional da área de informática declarar que o bibliotecário é o profissional capacitado para tratar do tratamento da informação. Analistas, programadores, especialistas em TI entendem apenas do ferramental. No âmbito das bibliotecas escolares e públicas, pela quase inexistência do profissional, considerando o universo de entidades e o pequeno número de bibliotecários empregados, acredito que as pessoas não tem idéia de quem seja este profissional. (PEDRO, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

Não se pode generalizar. Há profissionais amplamente reconhecidos, como há um grande percurso a ser feito rumo à plena valorização profissional. Citando alguns exemplos, pode-se dizer que os usuários de bibliotecas universitárias e instituições de pesquisa, e especialmente os usuários de bibliotecas jurídicas, certamente admiram e reconhecem a importância do trabalho de bibliotecário. Ao passo, que muitas bibliotecas no âmbito da administração pública em geral (em todas as esferas), encontram-se sucateadas, com sérias deficiências de recursos humanos e materiais, e até são fechados, sem que os usuários se sintam prejudicados com isso. Há muitas questões além dessas premissas, que vão desde a cultura do povo brasileiro, ausências de hábitos de leitura e de frequentar bibliotecas. Portanto, esse é um tema que permite muitos debates. (VALÉRIA, CFB).

As narrativas expressam, um pouco, a complexidade que envolve a construção da imagem do bibliotecário e da sua identidade profissional. Muitos usuários “reconhecem” o trabalho dos bibliotecários, outros desconhecem devido à falta de acesso a bibliotecas, principalmente no setor público onde o descaso com as bibliotecas é maior. Além disso, a cultura do brasileiro, falta de “hábito de leitura e de frequentar bibliotecas” favorece pouco o contato entre usuário e bibliotecário.

Pelas narrativas dos dirigentes, podemos observar que percebem no bibliotecário uma “figura tímida”, que possui dúvidas em relação à importância do seu trabalho e que tem consciência que muitos usuários desconhecem suas atribuições. No entanto, na área jurídica e universitária existe valorização e reconhecimento.

Conforme afirma Lima (2007, p. 34):

Vemos que no exercício da profissão do bibliotecário há esta relação bibliotecário/usuário, que trata-se de uma relação interpessoal, onde, muitas vezes são relações prazerosas, mas que podem tornar-se um grave problema pois há uma tendência de abnegação e de dar-se ao máximo para que o atendimento possa satisfazer o cliente, ou mesmo de superar as suas expectativas de resposta.

Ramos (2003) assinala que os aspectos envolvendo bibliotecários e usuários são complexos e diversos, por essa razão precisam ser analisados. A autora afirma, ainda, que

quando os dois lados interagem, há um amplo e complexo conjunto de variáveis influenciando na qualidade do relacionamento como: necessidades imediatas; motivação; valores; auto-controle; conhecimento, enfim, características que destacam a individualidade de cada um.

Outra questão abordada foi em relação ao bibliotecário contemporâneo, que perfil este profissional deve ter, e se há cinco anos atrás já era esse o perfil existente. Entre as principais características apontadas foram: “Pró-atividade”, “capacidade de comunicação”, “educação continuada”, “visão empreendedora”, “bom relacionamento interpessoal”, “competência informacional”, “bom-humor”, “espírito inovador”, “capacidade de gerenciar” e “saber dar a informação”. Podemos verificar essas representações sociais através das narrativas abaixo:

Não só há cinco anos, mas em todos os tempos: saber dar informação precisa sempre. (MARTA, CFB).

Eu diria que seriam duas as principais características: o espírito inovador, propício pelas ofertas que o desenvolvimento tecnológico propõe, e a capacidade de gerenciar equipes. O bibliotecário depende muito de outros técnicos. Sempre houve a necessidade do bibliotecário ter esse perfil, já se falava nisso há 20 anos, mas hoje essas características se tornam essenciais. (PEDRO, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

O bibliotecário contemporâneo deve possuir dinamismo, deve estar focado na gerência de unidades e sistemas de informação, deve tratar a informação de maneira rápida e eficaz, deve dar prioridade às questões éticas e deve atuar na formação da cidadania. (MAURO, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

Proatividade, bom humor, comunicabilidade. No passado era uma característica importante e continua mais necessária. Lidamos com pessoas. Ademais se antes atuávamos sob demanda, atualmente, a proatividade nos impõe atuar para gerar demandas. (JÚLIA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUDESTE DO BRASIL).

Ser um sujeito ativo em relação à valorização da cultura e do conhecimento, com capacidade de comunicação (expressão escrita e oral), de leitura, de pesquisa e de organização. Essa característica é e sempre foi central para a atuação de um bibliotecário, se temos sido capazes (cursos e entidades representativas) de desenvolver e potencializar cada vez mais tal característica é uma outra discussão. (ADRIANA, CFB).

Podemos perceber que muitas das características assinaladas pelos dirigentes, quase todas, têm cunho “pró-ativo”, de busca, capacitação, comunicação. Pró-atividade é a

capacidade de estar à frente de um tempo, manter-se atualizado, dinâmico, não esperar que os outros o superem, estar sempre adiante em suas idéias, atividades e vivências.

Miranda e Solino (2006) quando desenvolveram seu estudo “Educação continuada e mercado de trabalho: um estudo sobre os bibliotecários do estado Rio Grande do Norte”, justificaram o estudo pela inegável relevância que a globalização trouxe diante das grandes mudanças com relação ao mercado de trabalho, exigindo um novo perfil do profissional da informação, no sentido de dominar as novas tecnologias e de se adequar às freqüentes alterações geradas por uma sociedade em evolução. E, para encarar esses desafios, segundo as autoras, a educação continuada apresenta-se como instrumento fundamental para o profissional de Biblioteconomia inserir-se e obter sucesso no mercado de trabalho.

Santos e Passos (2000) são otimistas quanto ao futuro da profissão, para eles, o bibliotecário deverá assumir muitas facetas no mundo virtual, e afirmam: “[. . .] cada vez mais sentimos a importância de estarmos trabalhando no intuito de nos envolvermos com os novos recursos apresentados por conta da automação e digitalização, a capacidade do bibliotecário em se adequar ao novo é realmente indiscutível” (SANTOS; PASSOS, 2000, p. 11).

Em relação às transformações que a Sociedade da Informação trouxe ao mundo do trabalho, os impactos das tecnologias e a construção da identidade profissional do bibliotecário nesse contexto, os narradores percebem alterações em curso no perfil e nas práticas da profissão. Na visão dos dirigentes, “houve modificação na identidade”, ela está sendo “redimensionada”, “construída”. As narrativas que seguem expressam essa constatação:

A identidade mudou. O profissional precisa de maior flexibilidade, estar próximo do usuário para reconhecer sua necessidade ou interesse informacional e atender esse usuário, do contrário será inútil e portanto desnecessário. (FERNANDA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

Considero que em razão das modificações no mundo do trabalho e do impacto das tecnologias de informação e comunicação ocorreu uma sensibilização interna (na categoria) e externa (na sociedade – ainda que proporcionalmente menor) para um, eu diria, redimensionamento dessa identidade, o que não implica, necessariamente em modificação já concretizada. De alguma forma, essa sensibilização tem provocado alterações de comportamentos, discursos e ações concretas, o que nos impede de dizer que “permanece a mesma”. Entretanto esse redimensionamento de identidade está em processo, em andamento, o que nos impede de afirmar que já ocorreu uma modificação plena. (ADRIANA, CFB)

Sim ocorreu uma modificação na identidade profissional do bibliotecário, porém, esta modificação não atingiu todos os profissionais, ainda há aqueles que se portam como simples guardiões da informação. (MAURO, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

Houve uma mudança significativa das percepções que o bibliotecário tem sobre o mercado de trabalho para sua profissão mas a identidade desse profissional ainda precisa ser construída de maneira que ele se reconheça inserido nessas mudanças que ocorrem dentro da sociedade e que, muitas vezes ele percebe mas, não se vê como um profissional capaz de atuar efetivamente nos espaços que surgem.(LUÍZA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUDESTE DO BRASIL).

Sim, houve uma modificação decorrente da evolução da formação e principalmente em função do avanço tecnológico. Porém o grande problema do profissional é a baixa auto-estima, que é o principal entrave para a consolidação de uma identidade profissional adequada à sua capacidade de prestar bons serviços. (VALÉRIA, CFB).

Os dirigentes percebem uma série de características advindas desse redimensionamento da identidade profissional, entre eles: “maior flexibilidade”, “sensibilização interna (na categoria)”, “alterações de comportamentos, discursos e ações concretas”, “mudança nas percepções”. No entanto, também demonstram preocupação com a consolidação dessa nova identidade, é o que podemos constatar ao utilizarem representações como: “modificação não atingiu todos os profissionais”, “há aqueles que se comportam como simples guardiões”, “identidade desse profissional ainda precisa ser construída”, “atuar efetivamente nos espaços que surgem”, “baixa auto-estima, que é o principal entrave para a consolidação de uma identidade profissional adequada a sua capacidade de prestar bons serviços”.

Complementamos a análise com afirmação de Souza (2006, p. 30): “Se a identidade se da na interação, se ela se forma a partir de papéis sociais, portanto de institucionalização, se ela se legitima ao constituir grupos de especialistas distintos, portanto, estabelecer leigos em seu campo de domínio, ela é também passível de ser alterada.” O mesmo autor, também vê a identidade profissional bibliotecária como em constante construção e redimensionamento: “Então pode-se dizer que a abrangência do domínio biblioteconômico dá para ser percebida quando a profissão bibliotecária é compreendida como um sistema em evolução, um cosmos, resgatando-se daí as características que estabelecem a sua identidade” (SOUZA, s.d., p. 4).

Nesta questão complementa Walter (2004, p. 291):

A questão da identidade profissional no grupo ocupacional dos profissionais da informação tem sido bastante debatida, exatamente pelas mesmas razões que afetam outros grupos. As tecnologias de informação e comunicação, em especial a Internet, tornaram essas fronteiras

mais difusas e confusas, além de as necessidades especiais para a profissão também estarem sendo alteradas por esses mesmos motivos.

As representações dos dirigentes, em torno da construção de uma identidade profissional do bibliotecário, demonstram que eles estão conscientes da modificação em trânsito, mas alertam que essa construção é parte da atuação dos bibliotecários neste contexto.

As transformações capitaneadas pelo Paradigma Informacional, no mundo do trabalho, das relações sociais e no seio das profissões trazem consigo conflitos e resistências. No caso particular deste estudo, observa-se que os bibliotecários estariam passando por mudanças profissionais, havendo mesmo concorrências com outras categorias profissionais. Dos 8 entrevistados, 6 percebem que há conflitos e resistências, 2 não percebem esses problemas. Seguem abaixo as narrativas dos bibliotecários dirigentes cuja percepção demonstra o que se afirmou:

Sim, toda mudança gera conflitos. Existem bibliotecários apegados ao passado, que não permitem que o novo entre nas instituições. Penso que esses bibliotecários deixam passar oportunidades e algumas áreas passam a ser ocupadas por outros profissionais. Cito como exemplo: disciplinas de metodologia científica e da pesquisa, editoração de periódicos científicos. (FERNANDA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

Acho que não há concorrências, pois nenhum outro profissional faz nosso trabalho. O que há é a ocupação de um espaço que não ocupamos por pessoas de outras áreas. E como não provamos ainda que somos imprescindíveis, a sociedade não reclama quando há pessoas não habilitadas, oferecendo serviços inadequados ou não oferecendo o que deveriam. Quanto às resistências, elas existem e são naturais. Os bibliotecários não estão equipados tecnicamente para enfrentar esses novos tempos, portanto a resistência às mudanças é uma defesa. (PEDRO, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

Sim, por ser a Biblioteconomia uma profissão com um campo de atuação muito abrangente, é comum encontrarmos outros profissionais atuando, principalmente profissionais que também trabalham com informação, ex., profissionais da área da informática e profissionais de gestão da informação. (MAURO, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

Ainda existem algumas resistências com relação aos outros profissionais também ligados à informação e também com relação às mudanças nas atividades exercidas pelos profissionais em determinadas instituições mas, acredito que os jovens profissionais que estão entrando no mercado de trabalho já possuem uma visão mais ampla de sua profissão e que a concorrência acaba demandando maior qualificação por parte desse profissional. (LUÍZA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUDESTE DO BRASIL).

Morigi e Pavan (2004) afirmam que o redimensionamento dos papéis tradicionais no campo profissional e a desterritorialização do espaço físico da biblioteca no ciberespaço geram

conflitos, desde a constituição da subjetividade do profissional bibliotecário, até conflitos de competências com outras profissões. A percepção das formas interativas e a sociabilidade podem nortear o bibliotecário em direção a uma prática que auxilie na construção da auto-imagem e da sua imagem perante os outros.

Parece inevitável um campo de conflitos e tensões na área da Biblioteconomia, pois o bibliotecário está diante de diversas mudanças na forma de desenvolver o seu trabalho: a inserção das tecnologias, a atualização constante dos softwares, a formação diferenciada dos próprios usuários. É natural que surjam resistências, são muitas inovações, uma necessidade constante de atualização, e nem sempre um profissional está disposto a estudar e se capacitar continuamente, abrindo mão muitas vezes de seus horários de descanso e lazer.

Quanto às tensões com outras áreas, também é relevante a discussão, uma vez que como nas narrativas acima podemos perceber, os bibliotecários estão tentando se inserir em novas instituições, outros espaços podem ser ocupados por ele, no entanto, outros profissionais também podem ocupar esses espaços, o que causa no bibliotecário insegurança e muitas vezes desentendimentos e confusões.

Morigi e Pavan (2004, p. 125) concluem, em seu trabalho sobre sociabilidade nas bibliotecas universitárias, que:

Por longo tempo, as imagens dos bibliotecários na sociedade permaneceu atrelada ao lugar físico da biblioteca e à ordenação dos livros. De certa forma, sua imagem ainda continua colada a eles. Difícil prever por quanto tempo essa imagem vai perdurar. Todavia, com a utilização mais intensiva das tecnologias de informação e comunicação, o conseqüente aumento dos suportes eletrônicos da informação, a criação das bibliotecas digitais e as novas formas de sociabilidade, a imagem desses profissionais, aos poucos, apresenta os primeiros sinais de rompimento de identificação com o bibliotecário 'tradicional'. Nesse processo surge o conflito entre as imagens que se justapõem contrapõem. Como no jogo das sociabilidades, o imaginário social faz, desfaz e refaz, fazendo emergir uma nova imagem e identidade profissional. Nesse jogo estaria nascendo um novo profissional?

Quanto às perspectivas e as projeções de futuro para a profissão no contexto da Sociedade da Informação, os dirigentes representam como: “excelentes”, “ótimas”, “muitas perspectivas”, é o que podemos constatar através das narrativas abaixo:

As perspectivas são muitas. O grande desafio é organizar a informação no ambiente da Internet. Em palestra recente Sarda, mencionava essa importância, de pensar a informação no ambiente eletrônico, virtual. Concordo com ele, penso que essa é a perspectiva. A informação registrada no suporte papel pode se tratar de uma forma simples, com técnicas que dominamos bem, o desafio é o ambiente virtual. (FERNANDA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

As perspectivas são ótimas, se soubermos capitalizar nossa formação técnica, nossa capacidade de estruturar e disponibilizar a informação. Mas além de adequar nossa qualificação, temos urgentemente que aumentar nossa presença no mercado, em quantidade e qualidade. Temos que ter mais atitude. (PEDRO, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

A Biblioteconomia está crescendo e vai crescer muito mais, a Biblioteconomia dentro da Sociedade da Informação deve adequar-se as novas tecnologias e as inovações da ciência da informação. (MAURO, ENTIDADE DE CLASSE DO SUL DO BRASIL).

Como sou uma pessoa otimista, só posso acreditar que são excelentes. São desafios novos, novas formas de circular e armazenar informação. Novas maneiras de as pessoas se comunicarem e, também de produzirem e trocarem conhecimento. Mas mesmo neste cenário, o bibliotecário só não sobreviverá se não atuar para isto. (JÚLIA, ENTIDADE DE CLASSE DO SUDESTE DO BRASIL).

As perspectivas são as melhores possíveis. Basta que haja uma melhor adequação da formação ao mercado e que o estudante seja estimulado a buscar alternativas de atuação, assim como a estar em busca de constante atualização e qualificação profissional. (VALÉRIA, CFB).

Valentim (2000) destaca as excelentes perspectivas no campo da Biblioteconomia e onde o bibliotecário contemporâneo poderá atuar na Sociedade da Informação. Segundo a autora, de uma forma sistematizada é possível dividir o mercado de trabalho do profissional bibliotecário em três grupos: mercado informacional tradicional; mercado informacional existente não ocupado; mercado informacional – tendências.

Em mercado informacional tradicional, podemos destacar o trabalho em bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas e nos centros culturais, que, segundo a autora, são um mix de biblioteca pública com modernidade, pois têm uma proposta diferente das bibliotecas públicas tradicionais – e os arquivos.

Nos mercados informacionais existentes não ocupados, figuram as editoras, livrarias, empresas privadas (na área de informática e planejamento estratégico), os provedores de internet e os bancos de dados. Quanto ao mercado profissional – tendências, pode-se verificar um crescimento na atuação profissional do bibliotecário como consultor, assessor, profissional autônomo ou mesmo terceirizado. A autora afirma, ainda, que para o terceiro milênio o profissional da informação deverá ser mais observador, empreendedor, atuante, flexível,

dinâmico, ousado, integrador, pró-ativo e, principalmente, mais voltado para o futuro. (VALENTIM, 2000).

O trabalho de Valentim (2000), reforça a idéia dos dirigentes entrevistados de que as perspectivas são boas, mas que é necessário que o bibliotecário tome para si os espaços que surgem nos locais onde eles estão capacitados para atuar. A tendência à expansão do mercado na área de informação é positiva para o profissional, não só porque aumentarão os postos de trabalho, mas principalmente, porque aumentando a demanda pelo profissional, carências antigas por reconhecimento, status, melhores salários, entre tantas outras, poderão ser supridas.

As representações dos dirigentes sobre o futuro da Biblioteconomia e dos bibliotecários, demonstram muito otimismo em relação à profissão. Esse pensamento unidirecional e otimista é positivo segundo Rouquette (2000, p. 41-42):

Em termos cotidianos, isso quer dizer que o que faço depende do que penso, do que creio, do que “calculo”. Somente o fato de pensar, de acreditar ou calcular implica um retrocesso em relação a simples determinações mecânicas, digamos “reflexos” para sermos breves. Essa colocação distanciada do dado permite precisamente sua elaboração cognitiva: ele deixa de ser pura imposição, para se tornar alguma espécie de fatalidade negociada. (grifos do autor)

Rouquette (2000) destaca ainda que o sujeito se apropria, portanto, daquelas representações de que é portador, a ponto de ficar persuadido de que faz, incessantemente, com que delas derivem seus atos. O autor afirma que as representações sociais, como a identidade, estão ancoradas nos pertencimentos, estes se concretizam por práticas distintas, portanto as representações estão ancoradas nas práticas.

Podemos, a partir dessa abordagem, afirmar que as representações sociais dos dirigentes de classe da profissão de bibliotecário estão ancoradas em suas práticas profissionais, enquanto bibliotecários, e também em suas práticas de direção, enquanto dirigentes: fiscalização do exercício da profissão, normalização técnica da área, legislação, execução de processos concernentes à área entre outras práticas, o que reforça a importância do estudo das representações sociais desses indivíduos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão do paradigma informacional e as suas implicações na economia, no mundo do trabalho, na educação, no bem-estar social etc., é resultado de um avanço, sem precedentes, das tecnologias. A Rede é o símbolo da sociedade em que vivemos atualmente. As relações sociais tendem a, cada vez mais, serem mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Em consequência disso, estão ocorrendo modificações em muitas profissões e carreiras, em especial nas rotinas dos profissionais que possuem como insumo básico de trabalho a informação.

A mundialização e o impacto das tecnologias de informação e comunicação se manifestam em todas as partes do mundo, o que resulta em um hibridismo cultural jamais visto. As identidades sociais fragmentam-se, hibridizam-se, extinguem-se. Na sociedade da informação, os antigos modelos de identidade, rígidos, inflexíveis, não funcionam. No campo das identidades sociais, temos as identidades profissionais, as quais representam o comportamento coletivo dos indivíduos que compõem uma categoria profissional, cujos membros são interdependentes e compartilham experiências semelhantes. Também as identidades profissionais, devido à globalização, fragmentações identitárias e transformações no mundo do trabalho e do emprego, modificam-se, passam por rupturas, redimensionam-se, é o caso da identidade profissional dos bibliotecários.

Os profissionais formados em Biblioteconomia, por muito tempo, tiveram suas ações voltadas para as atividades de biblioteca, mas desde a ascensão do paradigma informacional (que compreende esse início de século) um redimensionamento está ocorrendo na área. Os impactos tecnológicos e a alta valorização da gestão informacional abrem espaço para um profissional disposto a desbravar o novo mundo que se desenha, no entanto, isso exige a construção de uma identidade diferenciada, que situe o profissional no século XXI e que garanta a continuidade de sua profissão.

Os órgãos de classe que representam os bibliotecários possuem papel fundamental na construção da imagem desse profissional perante a sociedade. Cabe a esses órgãos a divulgação da área de Biblioteconomia e das competências de quem tem formação nessa área.

Sendo assim, é fundamental o papel das entidades de classe e de seus membros na construção de uma identidade profissional do bibliotecário.

Com o intuito de verificar a identidade profissional do bibliotecário contemporâneo através das representações sociais dos dirigentes da profissão - por possuírem eles um poder simbólico sobre a categoria que regem - procedeu-se essa pesquisa acadêmica, cujos resultados aqui estão. Importante destacar, que as representações sociais não são estáticas, estão em constante mutação e podem definir possíveis condições de ação. As mudanças nas representações estão relacionadas à história, aos movimentos da sociedade, embora em um dado momento contribuam para a história do tempo presente.

Os dirigentes de classe da profissão de bibliotecário representam as faculdades e escolas de Biblioteconomia de forma positiva, entendem que os currículos estão sendo atualizados para acompanharem as alterações na área e as modificações no mundo do trabalho. Percebem que há uma preocupação do corpo docente com a qualificação e uma tentativa de formar profissionais com bons conhecimentos em informática. Mostram-se contrários a uma mudança na denominação profissional, principalmente pelos aspectos legais da regulamentação da profissão, mas também porque acreditam que a alteração no nome da profissão poderia confundir ainda mais a sociedade e dificultar a formação de uma identidade profissional bem alicerçada.

Os dirigentes expõem como atrativos da profissão o mercado de trabalho, ainda favorável em relação a empregos (embora com os salários um tanto defasados), e as oportunidades para explorar novos nichos de trabalho, no entanto em suas representações sociais ficou evidente que, para eles, o bibliotecário continua necessitando de reconhecimento social, para muitos ainda é uma profissão desconhecida ou os conhecimentos sobre as funções dos profissionais são equivocadas.

Sobre o papel do bibliotecário na sociedade contemporânea, foi unânime a representação de mediador entre usuário e informação. No que diz respeito à relação bibliotecário usuário, as representações demonstraram que há um tímido reconhecimento se desenhando, alguns usuários já tem no bibliotecário um parceiro que os auxilia no mundo da informação, mas muitos por não conhecerem ou entenderem as atribuições do bibliotecário, não utilizam os conhecimentos desse profissional.

Na visão dos dirigentes, o perfil do bibliotecário contemporâneo é de um profissional atualizado, pró-ativo, qualificado e que terá muitas chances no mercado de trabalho, percebem que está se construindo uma identidade profissional que tem em vista explorar as tecnologias de informação e comunicação e o ambiente virtual. Embora para os dirigentes, ainda haja dificuldades regionais, de interesses, financeiras, entre outras, para que os bibliotecários consigam construir sua identidade com uniformidade e constância, eles acreditam que as perspectivas para o futuro da profissão são boas.

No mundo globalizado as concorrências e rivalidades sobrepõem-se, em função disso, conflitos e tensões surgem, no caso dos bibliotecários com outras categorias profissionais: lutas por espaço e nichos de trabalho. No entanto, os dirigentes afirmam ser o bibliotecário o que têm maiores chances de desempenhar um bom trabalho na Sociedade da Informação, pela sua capacidade de mediação, de recuperação rápida e eficaz de informações, pelos seus conhecimentos de gestão e pela sua facilidade de traduzir os termos de busca para os usuários, bem como de orientá-los na imensa malha bibliográfica da contemporaneidade.

Nas narrativas dos dirigentes foi possível perceber muito otimismo em suas representações sociais sobre a identidade profissional do bibliotecário, mas também observações críticas, uma vez que cabe a esses profissionais, no exercício de suas funções de direção, reconhecer os pontos fortes e frágeis da profissão que regem, bem como as lutas simbólicas advindas de um novo paradigma com fortes características de ruptura com antigas práticas.

Conseguimos, por fim, através desta dissertação, atingir aos objetivos propostos. Através do estudo das representações sociais dos dirigentes de classe, foi possível perceber como está sendo construída a identidade profissional do bibliotecário e quais as influências do paradigma informacional nas práticas desse profissional. No entanto, é importante destacar a necessidade de novos estudos sobre identidade desse profissional. Estudos que analisem as representações sociais de outros profissionais com forte poder simbólico sobre a classe bibliotecária como, por exemplo, os professores das escolas e faculdades de Biblioteconomia.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECERRA, Martín. **La sociedad de la información**. In: Portal de la comunicación; Aula abierta/Lecciones básicas.

BERNARDES, A. G.; HOENISCH, J. C. D. Subjetividade e identidades: possibilidade de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In: GUARESCHI, N. M. de F.; BRUSCHI, M. E. **Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CASTELLS, M. Fluxos, redes e identidades: uma teoria crítica da sociedade informacional. In: CASTELLS, M. et al. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 3-31.

_____. **O poder da identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CARMO, P. S. do. **O trabalho na economia global**. São Paulo: Moderna, 2006.

CEBALLOS, M.; ALBA, G. Viaje por el concepto de representación. **Conceptos: Signo e Pensamiento**, *Local?*, v. 22, n. 43, p. 11-19, jul/dic. 2003

CHARTIER, R. **A História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). **A Biblioteconomia no Brasil**. Brasília/DF, 2008. Disponível em: http://www.cfb.org.br/html/historico/historico_02.asp. Acesso em: 05 mar. 2008.

CUNHA, M. C.; RIBEIRO, M. S. P.; OLIVEIRA, N. M. Bibliotecário universitário: representações sociais da profissão. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 1-13, 2001.

CUNHA, M. V. da; CRIVELLARI, H. M. T. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, M. L. (Org.). **Atuação profissional na área da informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 41-54.

DOMINGOS SOBRINHO, M. "Habitús e representações sociais: questões para o estudo de identidades coletivas. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p.117-131.

- DOWBOR, L. **O que acontece com o trabalho?** 2. ed. São Paulo: SENAC/SP, 2004.
- DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Porto: Porto Editora, 1997.
- DURKHEIM, E. Representações individuais e representações coletivas. In: _____. **Filosofia e sociologia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. p.153-175.
- EZEQUIEL, C.; SOMZOGNO, M. C. Representações sociais e saúde: trocas narrativas entre senso comum e a objetividade científica. **Arquivos FOG**, Petrópolis, v. 3, n. 2, p.115-131, out. 2006.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS (Brasil). **Missão da FEBAB.** São Paulo: FEBAB, 2008. Disponível em: <http://www.febab.org.br>. Acesso em: 05 mar. 2008.
- FIGUEIREDO, M. A. C. de. SOUZA, R. R. Aspectos profissionais do bibliotecário. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 24, p. 10-31, 2º sem., 2007.
- FRANÇA, V. R. V. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, M.; GOMES, R. C.; FIGUEIREDO, V. L. F. de (Org.). **Comunicação, representação e práticas sociais.** Rio de Janeiro: PUCRJ, 2004.
- GANCHO, C. V. **Como analisar narrativas.** 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- _____. The work of representation. In: HALL, S. (Org.). **Representation: cultural representations and signifying practices.** London: Thousand Oaks, 1997.
- JAMBEIRO, O.; SILVA, H. P. A informação e suas profissões: a sobrevivência ao alcance de todos. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 4, ago/2004.
- KOVÁCS, I. Sociedade da informação e a transformação do trabalho e do emprego. In: _____. **As metamorfoses do emprego: ilusões e problemas da sociedade da informação.** Oleiras: Celta, 2002.
- KRUEL, I. R. P. et al. Mercado de trabalho do bibliotecário em Porto Alegre. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Proceedings...** Porto Alegre: PUCRS, 2000.
- LIMA, N. C. S. de. **Qualidade de vida no trabalho para profissionais da Ciência da Informação.** 2007. 55 f. (Trabalho de especialização em Gestão de Recursos Humanos). Universidade Candido Mendes, Niterói, 2007.

MATHEWS, G. **Cultura global e identidade individual**: à procura de um lar no supermercado cultural. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MIRANDA, A. C. C. de; SOLINO, A. S. Educação continuada e mercado de trabalho: um estudo sobre os bibliotecários do Estado Rio Grande do Norte. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, Sept./Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000300007&lng=enengengeng&nrm=iso&tlng=enengengeng. Acesso em: 13 fev. 2008.

MORIGI, V. J.; SILVA, M. L. Paradigma tecnológico e representações sociais dos bibliotecários sobre seu perfil e suas práticas no contexto da sociedade da informação. . **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 2-13, 2005.

MORIGI, V. J.; PAVAN, C. Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 117-125, jan./abr. 2004.

MOSCOVICI, S. **A representação social na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MOTTA, L. G. **Narratologia**: análise da narrativa jornalística. Brasília: Casa das musas, 2004.

MUELLER, S. P. M. Novo Paradigma para os Profissionais da Informação. **Comunicação & Informação**. Goiânia, v. 1, n. 1, p. 133-141, jan./jun. 1998.

PRODANOV, C. C. O fim do emprego. In: MARTINS, R. P.; MACHADO, C. R. S. (Org.). **Identities, movimentos e conceitos**: fundamentos para discussão da realidade brasileira. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2004. p. 158-166.

RAMOS, M. C. L. **A utopia dos bits**: impacto das tecnologias de informação e comunicação na interação bibliotecário/usuário (de graduação) da biblioteca universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. 2003. 176 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/6214.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2008.

RICOEUR, P. La funcion narrativa y el tiempo. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1992.

ROSEMBAUM, Y. Emprego e trabalho no Brasil do século XXI. **Cidade do Conhecimento – Arquivo**, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.cidade.usp.br/arquivo/artigos/index1201.php>. Acesso em: 21 ago. 2006.

ROUQUETTE, M. Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos. **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p. 39-46.

SANTOS, C. M. B. de N. O significado da carreira. In: TREVISAN, L.; CASTRO, M. da C. de A. (Org.). **Transformações no trabalho**. São Paulo: Olho d'Água, 2002. p. 61-71.

SANTOS, G. C. O papel das bibliotecas e dos bibliotecários às portas do século XXI: considerações sobre a convivência da informação impressa, virtual e digital. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. Disponível em: <http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/t099.doc>. Acesso em: 14 fev. 2008.

SILVA, A. M. C. Formação, trabalho e aprendizagem ao longo da vida. In: SILVA, B.; ALMEIDA, L. (Orgs.). **Actas do VIII Congresso Galaico Português de Psicopedagogia**. Braga: IEP/UM, 2006. CD-ROM, p. 2071-2086.

SOUZA, F. das C. de. A formação acadêmica de bibliotecários e cientistas da informação e sua visibilidade, identidade e reconhecimento social no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 23-34, jan./jun. 2006.

_____. O nome profissional “Bibliotecário” no Brasil: o efeito das mudanças sociais e econômicas dos últimos anos do século XX. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 18, p. 90-105, 2º sem., 2004.

_____. Mercado e diversidade profissional. Florianópolis: UFSC, [s.d]. Disponível em: http://www.ced.ufsc.br/bibliote/dep/merc_profis.rtf. Acesso em: 14 fev. 2008.

_____. A escola de Biblioteconomia e a ancoragem da profissão de bibliotecário. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 01-12, 2001.

SMITH, A. **La identidad nacional**. Madrid: Trama, 1997.

TERÊNCIO, M. G.; SOARES, D. H. P. A Internet como ferramenta para o desenvolvimento da identidade profissional. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p.139-145, 2003.

VALENTIM, M. L. P. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 9, jun. 2000.

VOGT, C. Informação e simulacro. **Sociedade da Informação – Inclusão e Exclusão**, 2001. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/socinfo/info01.htm>. Acesso em: 21 ago. 2006.

WALTER, M. T. M. T. Identidades, valores e mudanças: o poder da identidade profissional. Os bibliotecários subsistem na sociedade da informação? **Em questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 287-299, jul/dez. 2004.

APÊNDICE

Nome:

Idade:

Estado:

Entidade de Classe:

Questionário

1. Atualmente as faculdades de biblioteconomia legitimam a formação da identidade bibliotecária tradicional, focada na identidade de profissionais já formados há pelo menos cinco anos ou percebe-se a tentativa de formação de uma nova identidade? Explique.
2. O que você considera o maior atrativo da profissão de Bibliotecário? Explique.
3. O Bibliotecário ainda possui alguma necessidade social? Explique.
4. Qual o papel do bibliotecário na sociedade contemporânea? Explique.
5. Como você percebe a discussão acerca da denominação profissional?
6. Como vocês acham que os usuários dos serviços de informação vêem o Bibliotecário? Por quê?
7. Qual a principal característica que um bibliotecário contemporâneo deve possuir? Há pelo menos cinco anos atrás também era essa a característica principal? Explique.
8. Você considera que houve uma modificação na identidade profissional do bibliotecário em função das modificações no mundo do trabalho e do impacto das tecnologias de informação e comunicação, ou a identidade permanece a mesma? Explique.
9. É possível perceber conflitos e resistências diante das modificações profissionais e da concorrência com outras categorias profissionais?
10. Na sua opinião quais as perspectivas no campo da Biblioteconomia na Sociedade da Informação?

Prezados, por fim, preciso que vocês façam uma declaração simples (segue modelo) permitindo o uso de seus nomes, caso não permitam o uso é só não efetuar a declaração, mas gostaria de receber as respostas do questionário mesmo assim. Obrigada.

Modelo:

Eu, autorizo a mestrande Magali Lippert da Silva a utilizar em sua dissertação o meu nome real, no que diz respeito as minhas respostas ao questionário aplicado.